

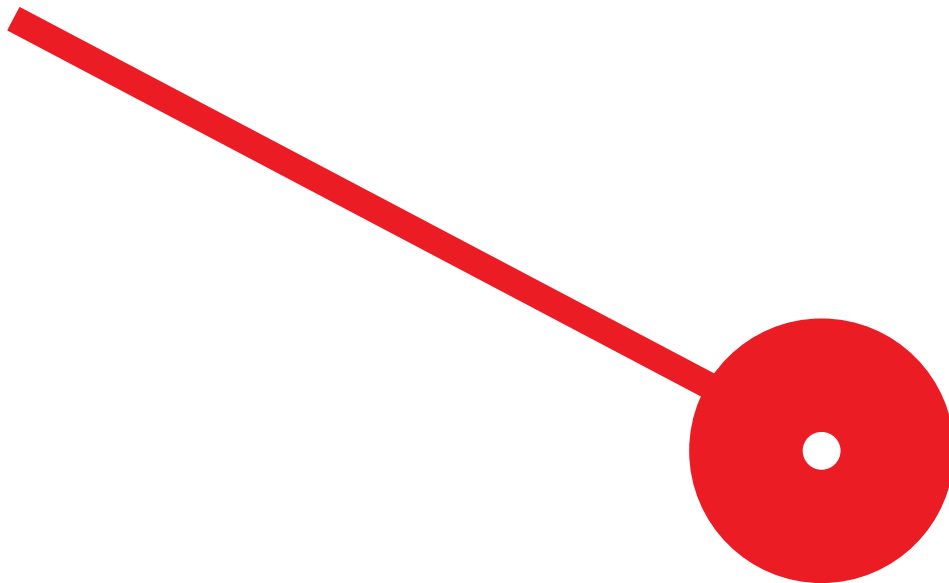
M MESTRADO
Empreendedorismo e Internacionalização

Colonização e Globalização: Relação e Impacto no Desenvolvimento Económico de Angola e Moçambique

Pedro Noé Loureiro Teixeira

07/2023

Pedro Noé Loureiro Teixeira. Colonização e Globalização:
Relação e Impacto no Desenvolvimento Económico de
Angola e Moçambique.
07/2023



M MESTRADO
Empreendedorismo e Internacionalização

Colonização e Globalização:
Relação e Impacto no
Desenvolvimento Económico de
Angola e Moçambique

Pedro Noé Loureiro Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Internacionalização, sob orientação das Professoras Doutoras Maria Clara Dias Pinto Ribeiro e Raquel Susana da Costa Pereira.

Pedro Noé Loureiro Teixeira. Colonização e Globalização:
Relação e Impacto no Desenvolvimento Económico de
Angola e Moçambique.
07/2023

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto a oportunidade que me deu para continuar o meu desenvolvimento e crescimento académico. Aos auxiliares e professores que fazem parte desta grande instituição o meu muito obrigado.

Um agradecimento especial aos meus orientadores, a Professora Doutora Maria Clara Ribeiro e a Professora Doutora Raquel Pereira. Sem os seus conhecimentos, as suas sugestões e o seu espírito crítico teria sido mais difícil a conclusão desta dissertação.

Gostaria de estender os meus agradecimentos a todos os professores do Mestrado em Empreendedorismo e Internacionalização, não só pela partilha de conhecimento, mas também por me terem aguçado o apetite por outros temas e questões que continuarei a investigar no futuro. Uma menção especial à professora Maria Clara, à professora Celsa Machado e ao professor José Freitas Santos pela afabilidade e disponibilidade que sempre demonstraram para com a minha pessoa.

Agradeço também à minha família e a todas as pessoas que contribuíram para que tudo isto fosse possível.

O meu agradecimento maior vai para a minha esposa, pela paciência, apoio e compreensão nesta fase mais agitada, e para a minha filha Carolina, por me ter dado a oportunidade de ter o melhor cargo do mundo. O papá ama-te.

Resumo:

Este trabalho tem como principal objetivo o estudo dos efeitos dos processos de colonização e de globalização no desenvolvimento económico de Angola e Moçambique após a sua independência.

Para levar a cabo o estudo foi realizada, numa primeira fase, uma revisão da literatura em torno destes dois conceitos. Posteriormente, desenvolveu-se uma análise empírica, de índole descritiva, recorrendo à base de dados *World Inequality Database*. Neste estudo elegeu-se os indicadores do PIB *per capita* e do rendimento nacional médio de 1950 a 2021, tendo-se focado a assimetria da distribuição da riqueza nos dois países, no período de 1980 até 2021.

Conclui-se que o colonialismo pode ter contribuído para o fraco desenvolvimento económico de Angola e Moçambique. A globalização, por via da abertura comercial ao exterior, pode prejudicar o setor industrial ainda débil dos referidos países e, por conseguinte, o seu crescimento e desenvolvimento económico. No que à pobreza e bem-estar diz respeito a análise sugere que, muito dificilmente, a população dos dois países está melhor atualmente do que estava nos últimos 25 anos do período colonial. A nível macroeconómico os dados apontam que, apesar de ter havido crescimento económico no pós-independência, esse crescimento não tem sido sustentado e, por isso, não se tem traduzido em desenvolvimento económico, mantendo-se uma assimetria estrutural na distribuição da riqueza gerada.

Palavras chave: Colonização, Globalização, Desenvolvimento Económico, Neocolonialismo, Angola, Moçambique

Abstract:

The main aim of this paper is to study the colonization and globalization process effects , its relationship and relevance to the economic development of Angola and Mozambique after independence.

To carry out the study, a literature review around these two concepts was carried out in a first phase. Subsequently, an empirical analysis of a descriptive nature was developed, using the World Inequality Database. This study chose the indicators of GDP per capita and average national income from 1950 to 2021, focusing on the asymmetry of the distribution of wealth in both countries, in the period from 1980 to 2021.

It is concluded that colonialism may have contributed to the weak economic development of Angola and Mozambique. Globalisation, through the opening up of trade to the outside world, can harm the still weak industrial sector of these countries and, consequently, their growth and economic development. As far as poverty and well-being are concerned, the analysis suggests that, very hardly, the population of the two countries is better off today than it was in the last 25 years of the colonial period. At the macro-economic level, the data indicate that, although there has been economic growth in the post-independence period, this growth has not been sustained and, therefore, has not translated into economic development, maintaining a structural asymmetry in the distribution of wealth generated.

Key words: Colonization, Globalization, Economic Development, Neocolonialism, Angola, Mozambique

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I – Revisão Da Literatura – Colonização E Globalização: Que Contributos Para O Desenvolvimento Económico?	7
1.1 Colonização e Colonialismo	8
1.2 Globalização	9
1.3 Colonização e África e Globalização e África	10
1.3.1 Colonização e África	10
1.3.2 Globalização e África	13
Capítulo II – Metodologia	23
Capítulo III – Análise Empírica e Discussão dos Resultados	27
3.1 Desenvolvimento Económico em Angola e Moçambique de 1950 a 2021	28
a) Angola	29
b) Moçambique	33
3.2 Análise descritiva da evolução do crescimento/desenvolvimento económico e da desigualdade em Angola e Moçambique – 1950-2021	37
3.3 Discussão dos Resultados	50
Capítulo IV- Conclusão	54
Referências bibliográficas	57

Índice de gráficos

Gráfico 1. Evolução do PIB per capita do Mundo e África subsariana (1950 a 2021)	38
Gráfico 2. Evolução do PIB per capita mundial e angolano (1950 a 2021)	39
Gráfico 3. Rendimento nacional médio de Angola (1950-2021)	40
Gráfico 4. % do rendimento nacional angolano destinado aos 50% da base, antes de impostos (1980 – 2021)	41
Gráfico 5. % do rendimento nacional angolano destinado aos 10% do topo, antes de impostos (1980 – 2021)	42
Gráfico 6. % do rendimento nacional angolano destinado aos 1% do topo, antes de impostos(1980-2021).....	43
Gráfico 7. Evolução do PIB per capita mundial e moçambicano (1950 a 2021).	44
Gráfico 8. Rendimento nacional médio de Moçambique (1950 – 2021).	45
Gráfico 9. % do rendimento nacional moçambicano destinado aos 50% da base (1980 – 2021).....	46
Gráfico 10. % do rendimento nacional moçambicano destinado aos 10% do topo (1980-2021).....	47
Gráfico 11. % do rendimento nacional moçambicano destinado aos 1% do topo (1980-2021).....	48
Gráfico 12. Evolução do PIB per capita de Angola e Moçambique (1950 a 2021).	49

Índice de Quadros

Quadro 1. Colonização, Globalização e Desenvolvimento Económico.....	19
---	----

Lista de abreviaturas

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OMC – Organização Mundial de Comércio

PAE – Programas de Ajustamento Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

Os conceitos de colonização e globalização estão associados à evolução do crescimento e do desenvolvimento económico. As diferentes vertentes do processo de colonização surgem ligadas, maioritariamente, a uma conotação pejorativa: no debate acerca dos benefícios/prejuízos da colonização e do colonialismo — os prejuízos sobrepõem-se, quase sempre, aos benefícios. A globalização afigura-se como potenciadora do crescimento e desenvolvimento em parte da literatura, mas é defendido, por outros autores, como gerando assimetrias económicas e sociais. No entanto, e como este trabalho pretende demonstrar, os conceitos de globalização e colonização têm pontos de contato comuns, ora do lado dos benefícios, ora do lado dos prejuízos.

A seleção do tema tem muito que ver com a antonímia subjacente aos dois conceitos e que o estudo pretende aproximar, de modo a que não existam enviesamentos aquando da sua abordagem. Terá sido a colonização tão prejudicial assim? E a globalização será assim tão benéfica?

O conceito de colonização pode ser definido como o processo de aquisição e expropriação de terra com o objetivo de formar uma colónia (Welz, 2021). Para Longley (2021) o conceito de colonialismo/colonização é um ato de dominação político-económica, que tem como finalidade o controlo de um país e da sua população, por parte de colonos de um outro país. Numa definição mais economicista Reynaert (2017, p.319) afirma que o termo colonização “implica a saída de um quadro de trocas de igual para igual entre dois parceiros, para exercer a exploração pura e simples de um país colonizado em proveito da metrópole.”

O conceito de globalização envolve a livre circulação de pessoas, mercadorias, ideias, serviços, informação e fluxos financeiros entre os diferentes países, proporcionando uma maior integração económica (Ogar, Nwoye e Bassey, 2019). Ainda segundo os mesmos autores a globalização é a compressão do mundo e um aumento da consciencialização coletiva deste como um todo. O termo globalização serve assim para descrever as mudanças sociológicas e económicas, resultantes do aumento do comércio internacional e dos intercâmbios culturais (Ibrahim, 2013). A ideia dominante por trás do conceito de globalização é a de que a integração política, económica e sócio cultural resulta numa maior unidade global (Ogar, Nwoye e Bassey, 2019). Para Akindele (1990, citado por Ibrahim, 2013) a globalização é o processo de intensificação económica, política, social e cultural além-fronteiras. Cerry (1994, citado por Ibrahim, 2013), diz que o conceito de globalização

se refere ao aumento do comércio e do investimento devido à eliminação de barreiras e à interdependência entre países.

Longe de ser uma panaceia para a humanidade, é certo que a liberalização das trocas comerciais tem beneficiado e melhorado a vida de muitos os que habitam este planeta. As trocas favorecem o crescimento. A qualidade de vida é, sem dúvida, melhor hoje do que há 100 anos. Segundo Coggan (2020), desde finais dos anos 70 que se tem assistido não só a uma redução da pobreza, mas também a um aumento da esperança média de vida por todo o globo. Para Artus e Virard (2010, p.16-17):

“limitando durante anos a deriva dos preços mundiais, ela (a abertura das trocas comerciais) permitiu que as taxas de juro permanecessem baixas e facilitou uma política monetária estimulante para o crescimento. Os substanciais aumentos de produtividade realizados nos países emergentes, com a convergência progressiva do nível tecnológico com os dos países avançados e as migrações internas dos campos para as cidades, aceleraram a criação de riqueza. A abundância da poupança mundial contribuiu, também ela, para o baixo nível das taxas de juro e permitiu a acumulação do capital. Enfim, o aumento da oferta de trabalho mundial disponível, a baixo custo, teve o efeito de um enorme choque de oferta positivo. Sobretudo, é sem dúvida pela bitola dos mil milhões que é preciso contar o número de pessoas que saíram da pobreza desde o final dos anos 90 do século passado (mais de 400 milhões na China e na Índia).”

No continente africano a esperança média de vida subiu de 47 anos em 1973, para os 60 em 2015 e em termos mundiais houve um aumento de 11 anos entre 1973 e 2015 (Coggan, 2020). Analisando as coisas por este prisma, parece que a globalização tem sido benéfica para todos os agentes envolvidos no seu processo.

Sendo certo que a livre circulação de bens, serviços e pessoas, bem como a rápida difusão da informação, tem funcionado como um catalisador do desenvolvimento económico global, também não é menos verdade que, grande parte deste aumento de prosperidade, tem sido à custa das nações mais desfavorecidas. Há quem diga que “a globalização não conseguiu reduzir a pobreza, nem tão pouco conseguiu garantir a estabilidade” (Stiglitz, 2001, p.42). Para Ogar, Nwoye e Bassey (2019) a globalização tem servido para perpetuar os interesses imperialistas do mundo ocidental. Segundo Ibrahim (2013) a globalização tem defendido os interesses e as necessidades das nações desenvolvidas.

Vários autores têm criticado a postura do mundo ocidental e das suas instituições relativamente ao continente africano, de tal forma que para Ogar, Nwoye e Bassey (2019) temos assistido, desde 1960, a uma ressurreição e reincarnação do colonialismo, o neocolonialismo. Ogar, Nwoye e Bassey (2019) afirmam que este novo tipo de domínio e controlo é efetuado de forma subtil através de políticas económicas, que proporcionam uma sensação de falsa liberdade. Para Banerjee e Linstead (2001) a globalização é o novo colonialismo sobre a égide do capitalismo, mas mais eficiente e racional. Muito dos mecanismos que promovem a globalização e a liberalização do comércio são vistos como um método de manter as relações de dependência herdadas do período colonial Lodigiani (2020). Assim, as antigas potências coloniais usam a sua influência de modo a estabelecer políticas económicas prejudiciais aos interesses das ex-colónias, perpetuando uma supremacia adquirida no período da colonização (Lodigiani, 2020). Langan (2018) defende que o neocolonialismo implica o prolongamento do controlo dos territórios africanos através de métodos mais subtis relativamente aqueles que eram usados no período colonial. Muitos países não conseguiram desenvolver-se social e economicamente no pós-independência, uma vez que as políticas implementadas pelos seus governantes são direcionadas para os interesses externos em detrimento das suas populações e do seu bem-estar.

Várias vozes se têm levantado contra o facto das práticas de desenvolvimento, levadas a cabo pelos países industrializados, replicarem as forças de domínio colonial, com o objetivo de expropriar os recursos e manter o controlo económico. A pressão das instituições internacionais para a abertura dos mercados e aumento das exportações tem sido prejudicial aos países do terceiro mundo, uma vez que estes exportam os seus recursos naturais a preços baixos e importam produtos manufaturados a preços elevados (Banerjee e Linstead, 2001). Este *modus operandi* é prejudicial para alguns países e parece ir no sentido oposto daquele que é o objetivo político fundamental das sociedades modernas, preconizado pelo desenvolvimento económico – o bem-estar (Bresser-Pereira, 2008).

O conceito de “desenvolvimento” encontra as suas raízes nas mudanças introduzidas nos últimos 200 anos pela Revolução Industrial (Cardoso, 2007). Este fenómeno produziu uma série de transformações nos instrumentos de trabalho e nos processos produtivos, permitindo um aumento de produção de bens e serviços nunca vistos até então, possibilitando a satisfação das crescentes necessidades e o aparecimento de sociedades de abundância, orientadas para o “bem-estar” (Cardoso, 2007). Para Bresser-Pereira (2008) o desenvolvimento económico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, que

permitem a acumulação de capital através da incorporação do progresso técnico no fator trabalho e capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do nível de vida da população. Neste sentido, Bresser-Pereira (2014) afirma que o desenvolvimento económico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população. Cardoso, (2007) postula que o conceito só viria a ser desenvolvido e trabalhado após a Segunda Guerra Mundial, com particular relevância a partir da década de 70. Para Cardoso (2007, p.39):

“O objetivo do desenvolvimento tem como principal objetivo humanizar o sistema económico baseado na acumulação capitalista, através do reconhecimento dos direitos das populações como seres humanos e cidadãos, do reforço da sua capacidade de intervenção nos vários aspetos da vida social, política e económica, da criação de um sentimento de força e autoconfiança que possa ser imposto às elites governativas” (Cardoso, 2007, p. 39).

O presente trabalho descreve os conceitos de colonização e globalização, a sua relação e possível impacto no desenvolvimento económico de Angola e Moçambique. Visa também responder às seguintes questões: qual o impacto das relações entre país colonizador e país colonizado no desenvolvimento económico dos países estudados? No atual contexto de globalização, que impacto têm as medidas de mercado livre no desenvolvimento económico dos países estudados? Em que medida a forma como se processou o domínio colonial teve consequências no trajeto político dos países estudados, após a sua independência? Em que medida as políticas económicas dos países estudados, afetam o crescimento económico, o Índice de Desenvolvimento Humano e aumento/redução da pobreza? Será que a nível macroeconómico os países estudados estão melhor hoje do que no período colonial?

Assim a dissertação tem dois objetivos principais:

- (i) Uma revisão da literatura compreensiva baseada na extração de referências relevantes retiradas de livros sobre o tema em estudo, artigos científicos e sites de organismos internacionais.
- (ii) Uma análise descritiva da natureza da globalização e da colonização, entendidas como conceitos complexos e multifacetados e a sua associação ao crescimento e desenvolvimento das economias de Angola e Moçambique.

Recorrendo a alguns dados do período colonial e pós-colonial, a investigação compara o desempenho dos países relativamente aos indicadores em análise. Para o efeito, procede-se a uma revisão da literatura teórica e empírica sobre o tema, onde se tenta interligar os dois conceitos e aferir de que forma estes são motores de prosperidade, ou, pelo contrário, consubstanciam um entrave para o crescimento económico destes dois países. Dada a complexidade e profundidade do tema e uma vez que o fenómeno em estudo impede a determinação de relações de causa-efeito e a subsequente proposição de questões causais, será usada uma metodologia qualitativa sob a forma de Estudo de Caso.

Numa primeira fase, será efetuada uma revisão bibliográfica sobre o tema da dissertação. Numa fase posterior proceder-se-á à recolha de informações estatísticas sobre Angola e Moçambique relevantes para o estudo. A escolha dos indicadores recaiu sobre o PIB *per capita*, por estar associado à medição do crescimento/desenvolvimento económico, e sobre a distribuição do rendimento nacional, pois oferece um retrato mais fidedigno do nível de vida da população e dos seus índices de pobreza. De seguida analisa-se e compara-se essa informação de forma a responder às questões da investigação e por fim são registadas algumas conclusões.

O trabalho encontra-se estruturado nos seguintes pontos:

Na introdução faz-se um breve enquadramento teórico e abordam-se e definem-se os conceitos. É efetuada também uma breve descrição dos prós e contras dos dois fenómenos e de que forma convergem para a questão do desenvolvimento económico. No primeiro capítulo desenvolve-se a revisão da literatura sobre os conceitos e realidades que informam o objeto de investigação: a globalização e o colonialismo e o seu papel no desenvolvimento económico, focados na realidade africana. No segundo capítulo é apresentada a metodologia do estudo. No terceiro capítulo é realizada uma análise empírica e apresentam-se e discutem-se os resultados. Por último, são apresentadas as principais conclusões e as limitações do estudo, sendo avançadas algumas sugestões para futuras investigações sobre o tema.

**CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA — COLONIZAÇÃO E
GLOBALIZAÇÃO: QUE CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO?**

1.1 Colonização e Colonialismo

Por volta de 1914, a Europa, juntamente com as colónias e ex-colónias, como os EUA (que eram, na sua maioria, povoados por emigrantes europeus), controlava 85% da superfície terrestre (Coggan, 2020). De 1870 até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial as potências europeias, os EUA, o Japão e a Rússia competiram entre si por vastas áreas do globo. Esta fase de expansão imperial agressiva resultou na colonização de uma série de países e regiões, sendo que a tónica predominante foi a subjugação da população indígena, a exaltação da superioridade racial e a violação dos direitos humanos básicos (Longley, 2021).

Por outro lado, durante este período, as relações entre metrópole e colónia nem sempre foram uniformes. A presença de recursos naturais e humanos e diferenças na política colonial levada a cabo pela metrópole tiveram preponderância nas dinâmicas coloniais e pós-coloniais. (Lodigiani, 2020). A este respeito Gardner e Roy (2020) fazem a distinção entre uma política colonial extrativa, cuja única preocupação era a criação de infraestruturas para a exportação das matérias-primas, e uma política colonial de desenvolvimento, mais orientada para o bem-estar da população indígena, nomeadamente a criação de infraestruturas médicas e o investimento em educação. Acemoglu e Robinson (2013) vão mais longe, ao afirmar que as políticas que criam instituições extrativas têm como objetivo extrair os rendimentos, e a riqueza, de uma parte da sociedade, para beneficiar outra parte, enquanto as políticas de cariz inclusivo beneficiam a sociedade como um todo e promovem a prosperidade e o desenvolvimento económico.

Longley (2021) afirma que existem vários tipos de colonização/colonialismo. O colonialismo colonizador envolve a migração de grupos numerosos de população de um(a) país/região para um(a) outro/a, tendo em vista um estabelecimento permanente/definitivo. Neste tipo de colonização os colonizadores exploram os recursos naturais e forçam a deslocação dos indígenas para outras áreas ou obrigam-nos a assimilar a nova vida colonial. Exemplos deste tipo de “colonialismo” foram a migração em massa de colonos holandeses, alemães e franceses para a África do Sul e o colonialismo britânico da América do Norte. O colonialismo de exploração recorria ao uso da força para controlar outro país, com o objetivo de explorar a sua população, os seus recursos naturais e matérias-primas. O único objetivo aqui era o enriquecimento da metrópole explorando os recursos humanos da colónia. Historicamente, os países que enveredaram por um tipo de colonialismo colonizador (EUA)

saíram-se bem melhor no período pós-independência, do que aqueles que optaram por um colonialismo de exploração (Congo).

1.2 Globalização

A ideia principal por detrás da globalização é o capitalismo de mercado livre, isto é, quanto mais deixarmos agir as forças do mercado e quanto mais abertas ao comércio livre e à concorrência forem as nossas economias, mais florescentes serão (Friedman, 2000). O mesmo autor também define a globalização como a generalização do capitalismo de mercado livre a todos os países do mundo, apoiado num conjunto de regras económicas, que giram à volta da abertura, desregulação e privatização da economia. O sistema da globalização envolve a rápida integração dos mercados, países e tecnologias numa escala nunca antes vista, e permite aos indivíduos, às empresas e às nações chegarem com maior rapidez a todos os cantos do globo, com menos custos e mais profundamente do que em qualquer outra época. No entanto, este sistema tem vindo a provocar uma reação enérgica por parte daqueles que são brutalizados ou deixados para trás (Friedman, 2000).

Uma das consequências da globalização é o problema da governação. Os países têm vindo a perder controlo sobre algumas questões que lhes são importantes, nomeadamente a questão económica. A regulamentação dos mercados globais é difícil e as instituições que foram criadas para esse fim são mais poderosas do que alguns governos (Hirst e Thompson, 1999). Mikander (2016) afirma que, apesar de no mundo atual já não existirem potências coloniais, há instituições que agem de forma semelhante. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem-se tornado um centro de poder global (Mikander, 2016) e estando sob a supervisão dos EUA e da Europa. Dois países europeus têm mais poder de voto no FMI do que todas as nações africanas (Mikander, 2016). A liberalização do comércio significa que países em diferentes estágios de desenvolvimento competem por produtos e serviços semelhantes. Neste sentido, o livre comércio torna-se “mais livre” para os países mais desenvolvidos e “menos livre” para os países mais pobres, cuja única vantagem é o fator trabalho. A este respeito Friedman (2000) afirma que as rápidas transformações tecnológicas recompensam cada vez mais os trabalhadores especializados relativamente aos indiferenciados e que os vencedores em qualquer área têm a possibilidade de ganhar muito dinheiro, porque podem vender globalmente, enquanto que os menos talentosos, ou sem habilidades especiais, estão limitados a vender nos seus mercados locais e, por consequência, tendem a ganhar muito

menos dinheiro Ou seja, a globalização tende a favorecer os interesses dos países industrializados (Banerjee e Linstead, 2001). Os custos e os benefícios não são repartidos de forma igualitária, com os custos a tenderem mais para os “globalizados” e os benefícios para os “globalizadores”. Para Artus e Virard (2010) a globalização é uma máquina de desigualdade formidável que mina a sociedade e exacerba as políticas protecionistas, para além de ser um caldeirão que esgota os recursos raros e acelera o aquecimento global. A degradação do meio ambiente e a multiplicação das catástrofes naturais atingem, de forma mais veemente, as economias mais frágeis e geram um problema suplementar às políticas destinadas a fazê-las sair da pobreza. Os autores também afirmam que a globalização é uma espécie de casino que fabrica risco financeiro e pode fazer implodir o sistema financeiro internacional. Friedman (2000) defende que a globalização tem aumentado o fosso entre o rendimento dos ricos e dos pobres nos países industrializados, depois de vários anos de estabilidade até à década de 80 do século passado.

1.3 Colonização e África e Globalização e África

1.3.1 Colonização e África

Os primórdios do colonialismo em África remontam à conquista de Ceuta pelos portugueses em 1414 (Welz, 2021). Os mercadores e missionários portugueses foram os primeiros europeus a chegar a África. O comércio com Angola e Moçambique começou no séc. XV (Gardner e Roy, 2020).

No séc. XVIII, com o aumento da população europeia, muitos procuraram oportunidades em África, quase sempre com o aval e controlo dos estados europeus (Gardner e Roy, 2020). A corrida a África que se dá durante o séc.XIX está relacionada com a revolução industrial, uma vez que esta exigia a contínua abertura de novos mercados e criava, assim, a procura por matérias-primas, sendo que África era um viveiro natural (Reynaert, 2017). “As potências europeias depararam-se com as consequências negativas da Revolução Francesa e das transformações industriais aceleradas e com inúmeros problemas que procuraram superar lançando-se sobre o continente africano” (Martins, 2017, p.17). Ainda segundo o mesmo autor, após a Revolução Francesa houve um aumento significativo da produção, muitos operários ficaram desempregados e houve a necessidade de criar um mercado para absorver, não só o excesso de mão de obra, mas também os excedentes da produção. O continente africano foi a escolha evidente, devido à sua riqueza natural e abundância de

matérias-primas. Em África o objetivo dos europeus foi a extração dos recursos naturais, fazendo uso de um domínio autoritário e antidemocrático (Bayeh, 2015). A exploração dos recursos sob supervisão estatal era conseguida à custa da expropriação da terra aos indígenas, que eram substituídos por colonos europeus (Bryant, 2013). Assim que desembarcaram no continente, os brancos começaram a equipar o país com infraestruturas, mas competia aos habitantes das colónias trabalhar para isso, e, se necessário, recorrendo à força. Apesar da abolição da escravatura, o trabalho forçado era prática corrente. A maioria das estradas, dos caminhos de ferro e dos portos que assim foram construídos serviam para beneficiar a metrópole e permitia que o colonizador se apropriasse mais facilmente das riquezas do país conquistado. Segundo Reynaert (2017, p.425) “até ao final dos anos 1870, a maior parte do continente era independente. Em 1914, menos de um século depois, de Argel ao Cabo e do Senegal a Djibuti, apenas a pequena Libéria e a Etiópia eram livres.”

“O colonialismo impactou as condições políticas e económicas contemporâneas de África, uma vez que os países africanos adotaram, após a sua independência, o sistema administrativo autoritário e centralizado herdado dos seus colonizadores” (Bayeh, 2015, p.89). Ainda segundo Bayeh (2015, p.89), “os sistemas políticos africanos são caracterizados pela exclusão étnica e marginalização e apesar de existirem partidos políticos, a sua ação é muito restringida.” Para Alemazung (2010) além da exploração económica da metrópole sobre a colónia, introduzida pelo colonialismo, a sociedade africana foi moldada e transformada pelas políticas adotadas pelos colonizadores. Em África, os colonizadores europeus necessitavam, com frequência, das elites locais para gerir e comandar algumas das operações. Aquando da independência, muitas destas elites lideravam o destino do recente estado e implementavam o mesmo tipo de políticas autoritárias herdadas do tempo da colonização (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001). Bayeh (2015) é da opinião que, ao substituir as instituições indígenas por uma administração estrangeira, o colonialismo influenciou as orientações políticas do continente africano. No período pré-colonial África tinha uma cultura democrática, que foi desmantelada sob a influência da escravatura, do colonialismo e do neocolonialismo. Bayeh (2015) também afirma que o sistema colonial promoveu a divisão étnica, deixando um legado de rivalidade e conflito no continente, salientando que a política colonial em África não foi uma escola de democracia, mas sim pautada por um excesso de autoridade e controlo.

O pecado do colonialismo relativamente a África foi não ter introduzido um sistema capitalista baseado na propriedade privada, que fomentaria a competição e beneficiaria o

desenvolvimento económico (Austin, 2010). Ainda segundo o mesmo autor, os líderes políticos de algumas colónias fizeram muito pouco para preparar as colónias para o pós-independência, em parte devido a restrições orçamentais, mas também fruto de uma má avaliação económica. Nesse sentido, a primeira geração de governantes pós-independência herdaram economias muito pouco industrializadas e baseadas no trabalho pouco qualificado e barato. O colonialismo formatou indiretamente o ambiente político, social, económico e cultural das sociedades pós-coloniais (Alemazung, 2010). Um dos principais problemas existentes nos atuais estados africanos tem que ver com as divisões étnicas e os conflitos internos resultantes dessas divisões (Alemazung, 2010). Quando se tenta procurar as causas dos conflitos étnicos em África, a explicação mais plausível, no que diz respeito aos fatores externos, está relacionada com a herança do colonialismo, que ignorou as diferenças culturais aquando da criação das fronteiras artificiais (Alemazung, 2010). Os problemas do mau desempenho económico africano têm sido atribuídos às más políticas e a um mau ambiente governativo. O ambiente autoritário que provinha do tempo colonial, foi apreendido e seguido à risca pelos governos das novas nações independentes. A ausência de um ambiente democrático entre metrópole e colónia, a intolerância política e o medo de delegar a autoridade são uma espécie de herança colonial (Welz, 2021).

No entanto, Austin (2010) apesar de afirmar que existem poucos aspetos positivos a retirar do colonialismo, afirma que há autores que reconhecem que este serviu para travar os conflitos no interior do continente, ajudou a construir algumas infraestruturas e ajudou à introdução dos transportes mecanizados. Para Gardner e Roy (2020) o colonialismo ajudou à migração do fator trabalho e capital ao criar novas redes comerciais. O aumento do comércio internacional criava incerteza e a colonização reduzia essa incerteza. Austin (2010) salienta também que o período colonial facilitou a importação de capital. Alguns autores argumentam ainda que a corrida a África ajudou ao desenvolvimento do continente, uma vez que este sempre foi muito pobre até 1885 (Heldring e Robinson, 2012). De todos os reinos africanos, apenas a Etiópia usava a escrita, a roda e o arado (Goody, 1971, Law, 1980, Austen e Headrick, 1983, citados por Heldring e Robinson, 2012). Gardner e Roy (2020) afirmam que apesar de o colonialismo ter sido um processo violento e disruptivo, a expansão da produção e do comércio internacional permitiu um aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 1870 e 1960. Ainda segundo Gardner e Roy (2020), tanto aqueles que estavam próximos das regiões mais dinâmicas ao nível do comércio com o exterior, como

os que lhe tinham acesso, viram a sua vida melhorada. Isto parece indicar que, apesar de ter havido vencedores e vencidos, as populações locais gozaram de algum grau de prosperidade.

Para Lodigiani (2020) é importante perceber de que forma as potências coloniais exerceram a sua influência no passado, uma vez que foram usados métodos similares no período pós-colonial e posterior globalização. O legado colonial é, pois, a soma da estrutura política e cultural que foi deixada pelo colonizador e que ainda tem repercussões na atual sociedade africana. O escravagismo e o colonialismo tiveram um papel fundamental no enriquecimento do ocidente (Piketty, 2021).

1.3.2 Globalização e África

O continente africano foi bastante afetado política e economicamente, pelo domínio colonial. Quando alcançaram a independência, grande parte dos novos países não tinha forma de se desenvolver sem ajuda externa. Segundo Alemazung (2010), as ex-potências colonizadoras continuaram, após a independência das ex-colónias, a exercer influência política sobre estas, de forma a manter algum domínio sobre os seus recursos e economia. No contexto atual, esta espécie de domínio colonial é exercida sobre a égide da globalização (Banerjee e Linstead, 2001).

A segunda metade do séc. XX foi um período em que muitas colónias africanas adquiriram a independência. Contudo, a ausência de domínio político direto não significava que esse domínio deixaria de ser exercido, apenas foram criadas técnicas novas que serviriam a “nova fase do imperialismo” (Lodigiani, 2020). Alemazung (2010, p.63) é da opinião que:

“as relações políticas e económicas que se estabeleceram entre o ocidente e os países recém-independentes visam os mesmos objetivos do período colonial: o controlo absoluto de África e dos seus recursos materiais e humanos e o enriquecimento da economia e empresas do ocidente à custa dos fatores de produção africanos”.

De forma a conter os avanços do comunismo, os EUA queriam criar um sistema através do qual os recém-formados governos democráticos enveredariam pela liberalização do comércio (Bracarense, 2012). Para atingir esse desiderato foram criadas as Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial, cujo objetivo era ajudar os países não alinhados a “desenvolverem-se”. A ideia era de que estes organismos fossem neutros, mas a sua ideologia reflete a dos EUA, cujo objetivo era transformar os novos estados independentes,

em democracias capitalistas e consumistas (Bracarense, 2012). Para Nkrumah (2004), Osha (2011) e Shiva (2000) — citados por Lodigiani, 2020 — após a descolonização, os países do Norte continuaram a fazer uso da sua hegemonia, com o intuito de estabelecerem mecanismos de dependência e troca desiguais, criando para o efeito instituições como o Banco Mundial e o FMI. Estes mecanismos têm algumas semelhanças com o modo de governação da época colonial. Os processos de desregulação e privatização, ditados pelas duas instituições ao abrigo dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) não deram o resultado esperado (Goldsmith, 1997). Estes programas foram a única saída possível para os países africanos resolverem a sua periclitante situação económica. Para aceder aos fundos era necessária uma integração na economia global, através da desregulação e liberalização da economia, a transição de uma economia agrária para uma economia baseada na indústria e nos serviços e a liberalização do setor financeiro. A estratégia dos PAE focava-se no investimento direto estrangeiro e na entrada no país de empresas multinacionais, bem como na abolição de subsídios e proteção às indústrias locais (Ogun, 2017). Ainda segundo Ogun (2017), as políticas de liberalização económica levadas a cabo pelo FMI e pelo Banco Mundial foram contraproducentes e tiveram um impacto devastador nas indústrias locais dos vários países do continente. Chang (2010) também afirma que aquelas instituições ao exporem subitamente produtores imaturos à concorrência internacional, conduziram ao colapso os pequenos setores industriais que estes países tinham conseguido criar nos anos 60 e 70. Langan (2018) também defende que a liberalização comercial prejudica o desenvolvimento de grande parte das indústrias transformadoras do continente, uma vez que os produtores locais não têm meios para concorrer financeira e tecnologicamente contra os produtores estrangeiros.

Segundo Sundaram e von Arnim (2008) dos 15 países intervencionados pelo Banco Mundial ao abrigo dos PAE em 1993, apenas 3 são considerados pelo FMI como sendo “economicamente resilientes”, atualmente. Sundaram e von Arnim (2008) vão ainda mais longe e afirmam que o crescimento económico que alguns destes países experienciaram nos últimos anos não está relacionado com os PAE, afirmando antes, que estes programas de ajustamento são a causa para o fraco crescimento do continente africano, existindo vários estudos empíricos/económicos que o comprovam. No que respeita aos países em desenvolvimento, a agenda neoliberal tem sido promovida por uma aliança de governos de países ricos, liderados pelos EUA e mediada por uma “Profana Trindade” de organizações económicas internacionais que em grande parte controlam: o FMI, o Banco Mundial e a

Organização Mundial do Comércio (OMC). “Os governos ricos usam os seus orçamentos de ajuda externa e o acesso aos seus mercados domésticos como estímulos para induzir os países em desenvolvimento a adotarem políticas neoliberais” (Chang, 2013, p.27). Por vezes, o objetivo é beneficiar empresas específicas que realizam atividades de lóbi juntos deles, mas, habitualmente, procura-se criar no país em desenvolvimento um contexto que seja favorável à entrada de bens e investimento estrangeiro em geral.

Para Ogar, Nwoye e Bassey (2019) a liberalização da economia tem aumentado a pobreza em grande parte dos países africanos. Desde o fim da época colonial que o continente africano tem vindo a ser moldado para estar dependente dos países ricos. Ao alimentar uma luta entre o bem e o mal, o Ocidente utilizou com sucesso a sua hegemonia cultural para influenciar o desenvolvimento dos países não-alinhados, levando-os a aceitar as diretrizes ocidentais para o desenvolvimento como benéficas e naturais (Bracarense, 2012). A este respeito Friedman (2000, p.335) também afirma que:

“quando se despoja as casas das pessoas das características que as distinguem das outras – seja homogeneizando-as ou destruindo-as ambientalmente – mina-se não só a cultura, mas também a coesão social dessas pessoas. A cultura, no seu melhor, pode ser uma das mais poderosas formas de contenção voluntária que atuam sobre o comportamento humano. Dá à vida estrutura e significado. Sanciona todo um conjunto de hábitos, de restrições comportamentais, de expectativas e de tradições que enformam a vida e mantêm as sociedades unidas à volta do seu núcleo. Quando a globalização desenfreada desenraíza culturas e ambientes, destrói a necessária tessitura subjacente da vida comunal.”

Ainda segundo Friedman (2000) é impossível construir uma sociedade igualitária – que é tão essencial para lidar com o sistema da globalização – se ao mesmo tempo se destruir os alicerces culturais que cimentam a sociedade e lhe dão autoconfiança e coesão para interagir de forma adequada com o mundo. Daí ter de haver uma atenção especial com os países menos desenvolvidos quando se fala de globalização, uma vez que não se pode pedir às pessoas que avancem sem estas reconhecer a base e o passado de onde vieram, isto é, “ou a globalização nos homogeneíza apenas superficialmente, e as raízes culturais locais subsistem, ou nos homogeneíza até às raízes, e então torna-se cultural e politicamente mortífera” (Friedman, 2000, p.338).

Para Chima et al., (2018) a imensa ajuda externa tem sido um verdadeiro fiasco e tem contribuído para promover o domínio e a expansão dos interesses ocidentais. Em vez de contribuir para o desenvolvimento, a ajuda externa tem gerado dependência. Sundaram e Arnim (2008) afirmam que a ajuda externa não produz necessariamente desenvolvimento económico. Esta serve muitas vezes para mitigar os efeitos dos desastres naturais, ou para reforçar programas de solidariedade social, mais do que promover a industrialização ou a construção de infraestruturas. Para Langan (2018), a ajuda externa é vista como uma forma das elites estrangeiras penetrarem em território africano, para assim tentarem exercer influência nas políticas adotadas pelos diferentes países. Ainda segundo o mesmo autor a ajuda externa funciona como uma espécie de crédito e é um entrave à emancipação económica dos países africanos.

As empresas multinacionais dos países ricos recriaram a hierarquia colonial usando novos métodos, com os seus países de origem no topo e as novas colónias no fundo. As políticas destas empresas são intrinsecamente antidemocráticas, sendo que África é apenas um exemplo de uma região onde o envolvimento de instituições como o FMI tem sido mais prejudicial do que benéfica. As multinacionais exploram os recursos humanos e naturais do continente sem contribuírem para a diminuição efetiva do desemprego e para o aumento dos níveis de vida da população local. Grande parte destas empresas apoia governos corruptos apenas por interesse económico (Langan, 2018). Contudo, Langan (2018) também é da opinião que existem muitos neoliberais que apoiam a presença das multinacionais em África, salientando que estas contribuem para a introdução de novas tecnologias, para o aumento da produtividade e segurança alimentar e para a redução do desemprego. Burgis (2015) afirma que, os antigos impérios africanos foram substituídos por redes de multinacionais e agentes que não estão vinculados a qualquer nação. Pertencem a uma elite transnacional que floresceu na era da globalização e que tem como objetivo o seu próprio enriquecimento.

“O sistema económico atual, baseado na circulação descontrolada dos capitais, dos bens e dos serviços, sem objetivo social, nem ambiental, parece-se em grande medida com um neocolonialismo em benefício dos mais ricos” (Piketty, 2021, p.231). Para Chang (2010, p.148):

“nos anos 60 e 70 o rendimento per capita na África subsariana cresceu a um ritmo de 1,6 por cento ano, podendo ser comparada com a taxa de 1,5 por cento alcançadas

pelos atuais países ricos durante a sua revolução industrial (grosso modo, entre 1820 e 1913).”

Chang (2010, p.149) afirma também que “o crescimento económico em África afundou a partir dos anos 80. A razão mais provável poderá ter sido uma alteração na política económica”. Piketty (2021, p.275) afirma que:

“em termos concretos, se examinarmos as suas receitas fiscais em proporção do PIB, verificamos que os estados mais pobres do planeta empobreceram entre 1970 e 1980 e 1990-2000, tendo depois recuperado ligeiramente em 2010-2020. A queda das receitas explica-se na sua quase totalidade pela perda dos direitos alfandegários”.

Langan (2018) também é da opinião que durante a Guerra Fria, nos anos 70, alguns países conseguiram algum grau de desenvolvimento (o Quénia, por exemplo). Contudo, a crise da dívida dos anos 80 e a implementação das medidas do Consenso de Washington colocaram um travão no desenvolvimento do continente. Segundo Sundaram e Arnim (2008) no que à África subsariana diz respeito, entre 1970 e 2000 o rendimento real não acompanhou o crescimento populacional. Após uma modesta taxa média de crescimento anual nos anos 70 (0,7 %), as décadas de 80 e 90 foram ainda piores, com um crescimento médio anual negativo de -1% e -0,5% respetivamente. O crescimento verificado a partir de 2000 está relacionado, em grande parte, com a valorização do preço das matérias-primas nos mercados internacionais. O rendimento real per capita é apenas ligeiramente superior do que aquele registado na década de 70, com a agravante da desigualdade de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres ter vindo a aumentar. A este respeito Sundaram e Arnim (2008) também afirmam que o crescimento da década 2000-2010, apesar de ter aumentado os rendimentos e reduzido a pobreza de uma forma geral, apoiou-se na indústria extrativa que é muito sensível aos ciclos económicos e que potencia, por um lado, o aumento das desigualdades, e por outro, o aumento do desemprego.

Citando Chang (2010, p.150 e 155):

“um mau clima pode prejudicar o desenvolvimento, estar rodeado de países pobres e assolados pelo conflito limita as oportunidades de exportação e torna mais provável que os confrontos atravessem fronteiras. A diversidade étnica ou a abundância de recursos podem gerar uma dinâmica política negativa, mas a razão para o recente fracasso do crescimento em África reside nas políticas económicas seguidas –

designadamente, as políticas de comércio e mercado livre que tem sido imposta no continente por meio dos PAE”.

Nas palavras de Piketty (2021, p.269) “o fim da colonização deu início a um processo de igualização, mas a economia-mundo continua a ser profundamente hierárquica e desigual no seu funcionamento”. Uma das razões que contribui para esta desigualdade poderá estar relacionada com a montagem de esquemas de evasão fiscal, por parte dos governos e das empresas multinacionais. Piketty (2020, p.697) afirma que:

“o desenvolvimento de montagens e entidades jurídicas que permitam colocar os ativos em jurisdições exteriores ao território nacional considerado e proporcionem garantias sólidas aos seus proprietários, mesmo quando as atividades económicas reais continuam a desenrolar-se no território em questão, é aliás uma característica geral da globalização económica, financeira e jurídica em pleno desenvolvimento desde os anos 1980-1990”.

Contudo, Dollar (2001, p.108) contrapõe dizendo que “a abertura à economia global é uma poderosa força para o desenvolvimento dos países africanos”. Ainda segundo Dollar (2001) o problema de África reside não em participar no processo de globalização, já que este promove e potencia a igualdade.

Quadro 1. Colonização, Globalização e Desenvolvimento Económico

Autor(es)	Amostra	Período	Conclusões
Gardner e Roy (2020)	Colónias africanas	1870-1975	Política colonial extrativa e política colonial de desenvolvimento. Colonialismo ajudou à migração do fator trabalho e capital. CI criava incerteza e colonização reduzia-a. Permitiu um aumento do IDH entre 1870 e 1960.
Acemoglu e Robinson (2013)	Amostra não especificada	Período não especificado	Políticas extrativas retiram riqueza de uma parte da sociedade para beneficiar a outra parte. Políticas inclusivas beneficiam a sociedade como um todo.
Longley (2021)	Amostra não especificada	Período não especificado	Colonialismo “colonizador” envolve a migração da população para uma região para aí se estabelecer. Colonialismo de exploração recorre ao uso da força para explorar a população e os recursos.
Friedman (2000)	Amostra não especificada	1975 - 1999	A globalização tem aumentado o fosso entre ricos e pobres nos países industrializados a partir dos anos 80. A homogeneização mina a cultura e coesão social.
Hirst e Thompson (1999)	Amostra não especificada	1975 - 1998	Os países têm perdido a autonomia nas questões económicas devido à globalização.
Mikander (2016)	Amostra não especificada	1975 - 2015	No mundo atual já não existem potências coloniais, mas algumas instituições agem como tal.
Banerjee e Linstead (2001)	Amostra não especificada	1975 - 2000	A globalização favorece os interesses dos países industrializados. Atualmente o domínio colonial é exercido sobre a égide da globalização.
Artus e Virard (2010)	Amostra não especificada	1975-2009	A globalização é uma máquina de desigualdade.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 1 – Colonização, Globalização e Desenvolvimento Económico (cont.)

Autor (es)	Amostra	Período	Conclusões
Bayeh (2015)	Colónias africanas	1870 - 1975	Objetivo dos europeus era a extração dos recursos naturais, fazendo uso da força. Colonialismo impactou as condições políticas e económicas de África. Os países recém-independentes adotaram o sistema autoritário dos colonizadores.
Bryant (2013)	Colónias africanas	1870-1975	Exploração dos recursos à custa da expropriação da terra aos indígenas, substituídos por colonos europeus.
Alemazung (2010)	Colónias africanas	1870 - 1975	África foi impactada e transformada pelas políticas adotadas pelos colonizadores. O sistema colonial promoveu a divisão étnica.
Acemoglu, Johnson e Robinson (2001)	Colónias africanas	1870 - 1975	Estados africanos implementaram as políticas extrativas e autoritárias herdadas do período colonial.
Austin (2010)	Colónias africanas	1870 - 1975	O colonialismo não introduziu um sistema capitalista, que fomentaria o desenvolvimento económico. No entanto, ajudou a travar os conflitos no interior do continente, ajudou a construir algumas infraestruturas e a introduzir os transportes mecanizados.
Welz (2021)	Países africanos	1975 - 2020	Ausência de ambiente democrático, intolerância política e modo de delegar a autoridade são uma herança colonial.
Heldring e Robinson (2012)	Colónias africanas	1870 - 1975	Colonialismo ajudou ao desenvolvimento de África.
Lodigiani (2020)	Colónias africanas	1870 - 2019	Legado colonial é a estrutura político-cultural deixada pelo colonizador, com repercussões na atual sociedade africana.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 1 – Colonização, Globalização e Desenvolvimento Económico (cont.)

Autor (es)	Amostra	Período	Conclusões
Piketty (2021)	Amostra não especificada	1870 - 2020	Esclavagismo e colonialismo foram fundamentais para o enriquecimento do ocidente. O sistema económico atual é parecido a um neocolonialismo.
Bracarense (2012)	Países em vias de desenvolvimento	1975 - 2011	A criação do FMI, das Nações Unidas e Banco Mundial reflete a ideologia dos EUA. O ocidente usou a sua hegemonia cultural para influenciar o desenvolvimento dos países não alinhados
Goldsmith (1997)	Países africanos	1975 – 1996	Os PAE não deram o resultado esperado.
Ogun (2017)	Países africanos	1975 - 2016	As políticas de liberalização económica dos PAE são contraproducentes.
Chang (2010)	Países africanos	1975 - 2009	A liberalização económica foi prejudicial para os pequenos setores industriais. O crescimento económico afundou a partir da década de 80. O fracasso do crescimento reside nas políticas económicas adotadas
Langan (2018)	Países africanos	1975 - 2018	A liberalização comercial prejudica as indústrias de transformação do continente africano.
Sundaram e von Arnim (2008)	Países africanos/África subsariana	1975 - 2007	Dos 15 países que recorreram aos PAE, apenas 3 têm uma economia resiliente. A ajuda externa não produz desenvolvimento económico. De 1970 a 2000 o rendimento real não acompanhou o crescimento populacional. A indústria extrativa é bastante sensível aos ciclos económicos e potencia o aumento da desigualdade e do desemprego.
Chang (2013)	Países em vias de desenvolvimento	1975 - 2013	A ajuda externa tem como objetivo levar os países em desenvolvimento a adotarem políticas neoliberais.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 1 – Colonização, Globalização e Desenvolvimento Económico (cont.)

Autor (es)	Amostra	Período	Conclusões
Nwoye e Bassey (2019)	Países africanos	1975 - 2019	A liberalização económica tem aumentado a pobreza em grande parte dos países africanos.
Chima et al (2018)	Países africanos	1975 -2018	A ajuda externa tem sido um fiasco e tem servido os interesses ocidentais. Em vez de desenvolvimento tem gerado dependência.
Dollar (2001)	Países africanos	1975 - 2001	A abertura comercial contribui para o desenvolvimento dos países africanos. A globalização promove e potencia a igualdade.

Fonte: Elaboração própria

Este estudo tem como objetivo relacionar os conceitos de Colonização e Globalização e de que forma impactaram/impactam o desenvolvimento económico de Angola e Moçambique. Para o efeito procedeu-se a uma revisão da literatura teórica e empírica sobre o tema, onde se tentou perceber se existe algum tipo de relação entre os dois conceitos, e aferir de que forma estes são motores de prosperidade ou de estagnação económica nos referidos países lusófonos. Posteriormente procedeu-se à compilação e interpretação de dados estatísticos sobre esses países.

Dada a complexidade e profundidade do tema foi usada uma metodologia qualitativa sob a forma de Estudo de Caso.

“A investigação qualitativa visa compreender certas questões, através da análise de comportamentos, atitudes, valores, etc. É um tipo de investigação indutivo e descritivo, onde se desenvolve conceitos, ideias e entendimentos, a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses como na pesquisa quantitativa” (Sousa e Baptista, 2011, p.56).

O Estudo de Caso possui três características: a natureza da experiência, enquanto fenómeno a ser estudado, o conhecimento que se pretende desenvolver e hipótese de generalizar os resultados a partir do método” (Cesar, 2005, p.3, citado por Oliveira, 2021). É um método de investigação que possibilita o estudo de fenómenos contemporâneos no seu próprio meio onde o investigador tem pouco ou nenhum controlo (Yin, 2009). O método do Estudo de Caso pode ser usado dependendo da questão de investigação, do fenómeno a estudar e do controlo que o investigador tenha sobre os acontecimentos. Existem vários tipos de Estudos de Caso: Estudos de Caso descritivos; Estudos de Caso ilustrativos; Estudos de Caso exploratórios e Estudos de Caso explicativos. Os Estudos de Caso Descritivos servem para descrever sistemas, técnicas e procedimentos seguidos na prática; foram bastante populares na década de 80, quando os investigadores procuravam obter descrições exaustivas do que se fazia nas empresas; atualmente são usados, principalmente por organismos profissionais para descrever as melhores práticas adotadas pelas empresas de sucesso. Os Estudos de Caso ilustrativos procuram ilustrar práticas de marketing e gestão, supostamente inovadoras, desenvolvidas por empresas descritas como sendo de excelência. O conhecimento destas práticas é muito importante para compreender até que ponto a teoria e as técnicas prescritas são seguidas pelas empresas. Os Estudos de Caso exploratórios permitem ao investigador explorar as razões que justificam determinadas práticas de marketing e gestão. Com este tipo

de estudo obtêm-se hipóteses que depois servirão para teste em estudos futuros (quer através de outros estudos de caso, quer através de outros métodos de investigação). Geralmente representam uma fase preliminar da investigação. Os Estudos de Caso Explicativos são aplicados quando se pretende estudar e explicar a existência de determinadas práticas; o foco incide sobre as questões particulares e não nas genéricas, ao contrário dos Estudos de Caso Exploratórios. A teoria existente é usada para explicar as práticas observadas pelo investigador. Quando esta não explica satisfatoriamente, há que modificar a teoria existente ou desenvolver uma nova.

Existem Estudos de Caso Único e Estudos de Caso Múltiplos. Os de Caso Único são usados quando representa um teste crucial da teoria existente: caso decisivo para testar uma teoria bem formulada; um caso raro ou extremo: situação pouco frequente ou exclusiva; um caso típico ou representativo: contexto e características de uma situação do dia-a-dia; um caso revelador: fenómeno previamente inacessível; um caso longitudinal: estudo do mesmo caso em dois ou mais pontos diferentes no tempo. Os Casos Múltiplos são normalmente mais convincentes e robustos; envolvem um menor risco, uma vez que não se aposta tudo no mesmo caso e os benefícios de múltiplos casos podem ser consideráveis. Contudo, normalmente o nível de profundidade dos estudos de Casos Múltiplos é menor comparativamente aos de Caso Único. Em relação às fontes e técnicas de recolha elas podem ser primárias e secundárias. Exemplos de fontes primárias são a Observação (direta/indireta, participante ou não) e as Entrevistas (de grupo ou em profundidade); as fontes secundárias podem ser textos e documentos (empresa, jornais, revistas) e registos áudio e vídeo. No que diz respeito aos procedimentos para análise do caso pode existir uma combinação de fontes e técnicas: informação documental + entrevista; observação participante + entrevista; um único caso pode combinar todas as fontes e técnicas. Quando se usam várias fontes e técnicas é necessário triangular a informação gerada, uma vez que este procedimento permite testar a validade de parte de informação, pois recorre-se ao cruzamento entre as diferentes fontes (entrevista, observação, textos e documentos, registos áudio e vídeo).

De forma a concretizar os objetivos do estudo o foco incidiu sobre dados estatísticos relativos ao PIB per capita e ao rendimento nacional per capita. O PIB per capita é importante pois dá-nos um retrato das capacidades produtivas de um país, enquanto que o rendimento nacional per capita dá-nos uma visão mais abrangente e fidedigna do nível de vida da população e do seu nível de pobreza, uma vez que o foco incide sobre o que cada um recebe anualmente. Neste sentido, podemos dizer que enquanto o PIB per capita mede o que cada

elemento da população de um país produz durante ano, o rendimento nacional per capita mede o que cada um recebe, sendo por isso um indicador indispensável para a medição da distribuição da riqueza, e suas disparidades, entre países. A distribuição do rendimento nacional médio, apesar de tendencialmente apresentar valores similares aos do PIB per capita, quando analisado de forma mais pormenorizada e segmentada, fornece-nos um retrato da desigualdade presente na sociedade. Por exemplo, em 2021 Angola tinha quase o dobro do PIB per capita de São Tomé e Príncipe, mas a distribuição dos rendimentos pela sociedade são tomense era muito mais equitativa, quando comparada com a angolana. Por outro lado, São Tomé e Príncipe possuía, em 2021, um PIB per capita três vezes superior ao PIB per capita de Moçambique. Contudo, o que se verifica é que a sociedade moçambicana é, não só mais desigualitária do que a sociedade são-tomense, como é também mais desigualitária do que a sociedade angolana, apesar de possuir um PIB per capita quase cinco vezes inferior ao PIB *per capita* angolano.

Para a análise destes indicadores foi usada a base de dados World Inequality Database, uma vez que a mesma contém dados relativos ao PIB per capita dos países em estudo, de 1950 até à atualidade. Contém também dados sobre a distribuição dos rendimentos pela sociedade, de 1980 até à atualidade.

Para a elaboração do Estudo de Caso desta dissertação recorreu-se a dados secundários e procedeu-se a uma análise documental de fontes primárias e secundárias (livros, publicações periódicas, publicações governamentais, teses, entre outros). Foi efetuado um estudo descritivo onde foram relatadas as diferentes perspetivas que os vários autores possuem acerca do conceito de Colonização e Globalização e da sua “relação” com o desenvolvimento económico de Angola e Moçambique.

CAPÍTULO III – ANÁLISE EMPÍRICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Desenvolvimento Económico em Angola e Moçambique de 1950 a 2021

Para Amaral (2019) os anos de 1960 a 2000 correspondem ao período de maior crescimento económico de Portugal em toda a sua história. O crescimento de 1960 a 1973 fez-se a taxas bastante elevadas. Neste período, e segundo Barreto (2020), o rendimento nacional médio por habitante cresceu a uma taxa superior a 6,5%, ultrapassando em alguns anos os 10%. Este dinamismo da economia nacional pode ser atribuído, por um lado, aos Planos de Fomento introduzidos na década de 50, e por outro, à adesão de Portugal à EFTA (em português: Associação Europeia de Comércio Livre) em 1960, que levaram à criação de uma série de infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento e ajudaram à atração de investimento para o país. Amaral (2019) considera que a fase final do Estado Novo, entre 1960 e 1974, corresponde à fase de maior crescimento económico da história de Portugal. Este bom desempenho económico foi então alcançado sob um regime autoritário, pautado por uma componente intervencionista acentuada. De salientar, que este maior dinamismo económico nacional acabou por contribuir também para o desenvolvimento económico das colónias portuguesas em África, nomeadamente Angola e Moçambique.

Até aos anos sessenta do século passado, as relações económicas entre Portugal e as suas colónias eram baseadas no pacto colonial: estas forneciam produtos agrícolas e matérias-primas à metrópole a preços abaixo do mercado mundial, para além disso as colónias eram também uma fonte de divisas estrangeiras, necessárias para equilibrar a balança comercial de Portugal (Ferreira, 1975). Ainda segundo Ferreira (1975, p.7):

“o facto de as colónias abastecerem Portugal com matérias-primas impedia a industrialização desses territórios, encorajando por sua vez o desenvolvimento das indústrias em Portugal”. Neste sentido e ainda segundo Ferreira (1975, p.12-13) “as relações económicas, na sua forma antiga, tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento e exigiam a revisão não só da política económica portuguesa, como também da política colonial... As novas exigências da economia portuguesa deram origem a uma alteração qualitativa do comércio com as colónias: a importação de minérios aumentou, ao mesmo tempo que diminuía a importação de produtos alimentares; simultaneamente, as exportações portuguesas começaram a diversificar-se, de modo a abrangerem produtos de várias qualidades, enquanto decrescia a percentagem de produtos inferiores (tais como vinhos e têxteis). Assiste-se deste modo a um processo de transição que passa da exploração colonial através do

comércio para a exploração através da penetração do capital. As condições para este desenvolvimento foram criadas através da intensificação dos investimentos infraestruturais nos setores da indústria, transporte e energia, considerados prioritários nos últimos planos de fomento, isto é, o III e o IV Planos de Fomento. A via consiste na promoção da acumulação de capital nas colónias, tal como se pode verificar, por exemplo, na lei das transferências de 1971, que dificulta a saída de fundos das colónias. Esta via está também patente no facto de a balança comercial das colónias para o ano de 1971-1972 não apresentar já o *deficit* crónico dos anos anteriores, sendo favorável para as colónias.”

A este respeito Ferreira (1975) afirma, ainda, que este desenvolvimento das colónias vai permitir que algum capital estrangeiro controle alguns setores da economia das colónias, como o mineiro, no entanto, grande parte dos setores económicos são dominados por empresas portuguesas.

Em relação ao dinamismo económico verificado na fase final da época colonial Rabaçal (2017, p.436) avança que “as revoltas fizeram o governo perceber que não podia ignorar a pobreza e o subdesenvolvimento das colónias como o tinha feito até à explosão da violência em 1961. Ainda segundo Rabaçal (2017) desenvolver os sistemas de comunicação e de transporte, como a construção de estradas, portos, caminhos de ferro, etc., facilitava as operações militares. Tudo isto beneficiou o comércio, principalmente em Angola, que assistiu a um crescimento de todos os seus setores da economia. Durante este período, o acesso à educação também foi alargado. De 7846 alunos de escolas secundárias académicas em 1960-1961, passou-se para 16700 em 1966-1967.

A crescente autonomia política e administrativa das colónias na fase final do período colonial não deve ser considerada como uma questão de “pré-independência”. Não se trata aqui de conceder autonomia, mas antes modificar alguns métodos de controlo. A dependência das colónias para com a metrópole foi perdendo o seu cariz político, transformando-se lentamente num controlo de cariz económico, o que, por um lado, aumentava as possibilidades de desenvolvimento económico das colónias e da metrópole, mas por outro abria caminho para uma participação de Portugal numa exploração de tipo neocolonialista.

a) Angola

Angola foi proclamada independente no dia 11 de novembro de 1975. Contudo, este trajeto fez-se de forma trágica e caótica. Os três movimentos envolvidos na libertação de Angola do

jugo colonial (FNLA, MPLA e UNITA) sempre alimentaram um clima de desconfiança entre eles (Oliveira, 2017). Os dois grupos que teriam mais a perder do que a ganhar, o FNLA e o MPLA, estariam já em 1974, segundo Oliveira (2017), a preparar um conflito militar. Ainda segundo Oliveira (2017, p.14) “a escalada do conflito esteve relacionada com fatores externos.” Em período de Guerra Fria os três movimentos eram apoiados por países pertencentes aos diferentes blocos, cujo interesse em Angola era evidente. O MPLA era apoiado por Cuba, pela União Soviética e por outros estados socialistas, o FNLA era apoiado pelo Zaire, pela China e pelos EUA e a UNITA era apoiada pela África do Sul e pelos EUA (Oliveira, 2017).

A devastação que a guerra civil provocou e o clima de incerteza que se instalou como consequência da ambiguidade dos três movimentos em relação à população europeia, provocou um êxodo em massa do país (Oliveira, 2017). As severas limitações no que à mão de obra diz respeito, causado pela fuga dos quadros técnicos e quadros portugueses e pela natureza do regime colonial, que apenas estendeu a educação à população angolana nos últimos anos de domínio colonial, teve impacto no trajeto económico angolano no pós-independência (da Rocha et al., 2016). Ainda segundo os mesmos autores são várias as causas do deficiente desenvolvimento de Angola após a independência, a saber: a guerra civil, que a partir de 1993 afetou 60% - 70% do território nacional e que impactou seriamente a produção agrícola e destruiu muitas infraestruturas; as distorções económicas introduzidas pelo socialismo e pela gestão planificada; o comportamento desfavorável da produção nacional – tirando o setor petrolífero depois de 1977 – após a independência, em consequência da fuga de grande parte dos colonos portugueses.

Entre 1975 e 1985 estima-se que o crescimento do PIB tenha sido de apenas 1% ao ano. Para além disto somam-se as crises petrolíferas de 1981-1982 e de 1986-1988 que agravaram ainda mais a crise económica e reduziu a capacidade do país de importar uma série de produtos (matérias-primas, peças sobressalentes e equipamentos para agricultura e indústria transformadora) (da Rocha et al., 2016).

A inflação persistente que se abate sobre Angola, desde a independência também tem sido um problema. Segundo o site *WorldData.info* de 1991 a 2021 a taxa de inflação situou-se entre os 7,3% (2014) e 4145,1% (1996). A taxa média de inflação anual, durante estes 30 anos, foi de 370.3%. A este respeito importa dizer que os dólares que pagam o petróleo, os minerais e as pedras preciosas têm tendência a apreciar a moeda local. As importações

tornam-se, por isso, mais baratas do que os produtos produzidos internamente, o que prejudica as empresas nacionais. Para Burgis (2015) isto faz com que se instale um círculo vicioso, em que a decadência de outros setores da economia faz aumentar a dependência dos recursos naturais. Sendo assim, as oportunidades ficam limitadas ao negócio dos recursos. O problema é que embora as minas e os campos de petróleo sejam setores de capital intensivo, necessitam de muito pouca mão de obra, em comparação com a agricultura ou indústria, o que acaba por ser bastante prejudicial para o desenvolvimento económico do país. À medida que os recursos são desviados para o petróleo e a extração, o resto da economia vai definhando.

A elevada pobreza existente no país, as falhas do sistema comercial traduzidas nos monopólios estatais do comércio, a obsolescência tecnológica dos equipamentos industriais, cuja idade média, de acordo com o Plano Diretor da Reindustrialização, era de 30 anos em 1990, o pouco investimento público no nível geral da atividade económica (sobretudo até 2002), níveis bastante reduzidos, a quebra da produtividade industrial, justificada pela ausência de investimento e pela baixa qualificação da força de trabalho, os deficientes sistemas de produção e distribuição de eletricidade e água, que limitam o funcionamento das atividades industriais, a natureza das políticas industriais e a inexistência de elites técnicas e empresariais, tudo isto é fruto de uma má governação. (da Rocha et al., 2016).

Em 2021 Angola tinha o nono maior PIB africano (Statista, 2022). No entanto, o país apresenta uma significativa desigualdade na distribuição da riqueza, subdesenvolvimento e instabilidade política. Vários autores defendem que este paradoxo está relacionado com a denominada *doença holandesa* – situação em que a abundância de recursos naturais conduz a um deficiente desempenho económico, má governação, elevados índices de corrupção e violência política. Contudo, este tipo de situação tem maior incidência em países onde a debilidade institucional é mais evidente. Quando o petróleo começou a ser explorado em Angola (1955), o país não possuía instituições capazes de lidar com um setor tão lucrativo. Dunning (2008) também afirma que os grandes lucros provenientes do petróleo, controlados por instituições pouco transparentes, criaram uma espécie de “autoritarismo direto”, fortalecendo o controlo que o setor tem por parte das elites angolanas e minando o caminho da democracia. A este respeito Burgis (2015) afirma que as economias nacionais ficam distorcidas quando são as empresas petrolíferas a dominarem a economia, como acontece em Angola. Isto acontece, pois, os dólares que entram no país, provenientes da atribuição de licenças a empresas estrangeiras e proveniente das receitas da venda do petróleo, não são

ganhos para a indústria nacional. Este tipo de rendimento denominado “renda económica” não promove uma boa gestão. Tal prática leva a uma quebra de contrato entre quem governa e quem é governado, uma vez que a classe governante não necessita lançar qualquer tipo de imposto sobre a população e, portanto, também não necessita do seu consentimento. Sem qualquer compromisso com a população, um governo alimentado por recursos naturais irá gastar, tendencialmente, o rendimento nacional em coisas que beneficiam os seus próprios interesses. Nas palavras de Burgis (2015, p.18) “a indústria de recursos é geneticamente propensa à corrupção. A cleptocracia ou governo pelo roubo, prospera. Uma vez no poder há poucos incentivos para o deixarem.”

A corrupção funciona também como um entrave ao empreendedorismo, uma vez que quem quer empreender receia não poder competir em pé de igualdade. O decréscimo de empreendedorismo está relacionado com o facto da sociedade angolana se encontrar orientada, quase exclusivamente, para o setor petrolífero. Daí a economia angolana ser pouco diversificada e vulnerável à flutuação do preço do petróleo nos mercados internacionais. Esta dependência do petróleo faz com que os líderes angolanos tenham problemas em projetar e aplicar medidas para fomentar o desenvolvimento económico, uma vez que estes não conseguem controlar a volatilidade subjacente ao setor petrolífero e assim saber como é que se vai portar o setor num futuro próximo. Para Langan (2018) um dos problemas do continente africano é que os recursos naturais, como o petróleo no caso de Angola, são vendidos em bruto e transformados em produtos de valor acrescentado no exterior. Desse modo, a riqueza que é extraída do país serve principalmente os interesses estrangeiros e não é distribuída pela população local, o que acaba por perpetuar a pobreza e ser um entrave ao desenvolvimento. Em Angola, o governo tem sido criticado nos últimos anos devido ao que chamam um “processo de reversão democrático”, em que o estado é privatizado por uma elite local corrupta para benefício dos investidores estrangeiros.

De acordo com o Banco Mundial um terço da população angolana vive atualmente na pobreza (com menos de \$2,15 por dia). Angola ocupa o lugar 148 do Índice de Desenvolvimento Humano, de uma lista de 191 países (dados de 2021). O país possui um índice de desenvolvimento humano médio. Relativamente ao ranking *doing business* Angola ocupa um dos últimos lugares (177) de uma lista constituída por 190 países (dados de 2020). Ainda segundo a mesma fonte, após uma recessão de 5 anos o país voltou ao crescimento em 2021 (0,8%). Entre 2016 e 2020 o PIB angolano tinha recuado 10,2%.

Para o Banco Mundial o elevado desemprego e o elevado custo de vida justificam uma parte do problema. Para combater estas questões será necessário acelerar o crescimento económico e promover a inclusão, nomeadamente através do investimento estratégico em infraestruturas e nos setores produtivos da economia, para além do investimento que terá de ser efetuado ao nível do capital humano. Terá de existir um elevado compromisso político, apoiadas por um conjunto de instituições sólidas. No caso angolano parece que as políticas macroeconómicas e o crescimento económico não se traduzem em medidas que fomentam o desenvolvimento económico (da Rocha et al., 2016). Alguns fatores que originam o fenómeno são de natureza institucional: corrupção, tráfico de influências, falta de transparência na concessão de crédito ao setor privado, etc. Outros fatores são de origem económica: ausência de infraestruturas, falta de visão empresarial, baixa produtividade, deficiente qualificação de grande parte da força de trabalho, etc (da Rocha et al., 2016). Ainda segundo os mesmos autores permanece ainda duvidoso o efetivo impacto económico das privatizações – aumento do emprego, incremento das receitas do estado, diversificação do tecido empresarial, etc. – embora seja claro que este processo coincide com o início da criação da classe rica em Angola. Para da Rocha (2017) os elevados investimentos públicos – cerca de 80 mil milhões de dólares entre 2002 e 2014 – não têm produzido os efeitos económicos que verbas desta ordem de grandeza deveriam produzir. Os investimentos públicos têm sido o segundo fator de crescimento da economia nacional, logo a seguir às exportações do petróleo, mas a sua contribuição média para a taxa de variação anual do PIB é estimada entre 1,5 e 1,8 pontos percentuais apenas, devido à relativamente baixa qualidade dessas obras públicas.

b) Moçambique

Para Cruz et al., (2014) o país tinha uma sociedade dual e alguma industrialização na época colonial. As zonas urbanas e industrializadas eram onde viviam grande parte da população colonial e as zonas rurais onde viviam grande parte da população local. A sua principal atividade era a agricultura, a mineração e os trabalhos manuais. Ainda segundo Cruz et al., (2014) apesar de seguir uma política de mercado livre, as relações laborais eram frequentemente distorcidas. É legítimo pensar que esta discriminação nacional, no contexto de uma economia de mercado internacional, ajudou à escolha de um sistema económico de cariz socialista após a independência.

Até à Primeira Grande Guerra a economia moçambicana baseava-se sobretudo na exportação de produtos agrícolas, nomeadamente: cana-de-açúcar, chá, algodão, copra, etc. Em 1920 Portugal adotou medidas para acelerar a industrialização da colónia, procedendo ao fabrico de novos produtos agrícolas como o óleo de palma e a madeira. Com o aumento da população proveniente da metrópole apareceram novas indústrias: tabaco, sabão, cimento, farinha de milho, água mineral e gelo (Cruz et al., 2014). A indústria do carvão, do sal, dos refrigerantes e da cerveja, começou segundo Cruz et al., (2014) a ser desenvolvida também nesta década.

Após a Segunda Grande Guerra a estratégia adotada por Portugal face a Moçambique foi a de que: a colónia providenciaria matéria-prima para as indústrias nacionais; forneceria mão-de-obra; seria o mercado de trabalho para os desempregados da metrópole e o mercado para onde seriam exportados os produtos fabricados na metrópole (Cruz et al., 2014). Newitt (2022) defende que as colónias de África responderiam à procura portuguesa de produtos alimentares tropicais e matérias-primas e importariam os produtos manufaturados produzidos em Portugal. Para o efeito, foram criados os Planos de Fomento. “O primeiro plano atribuía verbas a diversos projetos de construção de infraestruturas, o segundo plano de fomento foi implementado entre 1959 e 1963, preconizando novos projetos de construção de grandes infraestruturas e, pela primeira vez, atribuindo verbas avultadas à educação e à saúde. O terceiro Plano de Fomento quinquenal veio a ser promulgado em 1968, após a vigência de um plano transitório (1963-1968) (Newitt, 2022, p.118). Ainda segundo Newitt (2022) para dar andamento aos projetos, o governo português promoveu a emigração de portugueses para África, criando colonatos que visavam encorajar a fixação de colonos brancos. Este aumento da população portuguesa beneficiou a expansão da indústria de bens de consumo. Nos anos 60, “o setor fabril moçambicano incluía já a transformação de produtos alimentares, têxteis, cimento, fertilizantes e aço, entretanto acrescidos da produção de vidro, cerâmica, materiais de construção, velas, fósforos, papel e outros derivados da pasta de papel, pneus e equipamento elétrico.” (Newitt, 2022, p.121). Aquando da independência a economia moçambicana detinha um importante setor agrícola assente em plantações – onde era produzido açúcar e chá – e várias indústrias de consumo instaladas que abasteciam as populações urbanas. Moçambique tinha uma economia diversificada em 1975. A dívida pública não era elevada e a balança de pagamentos tinha muitas vezes saldo positivo (Newitt, 2022). Contudo, e ainda segundo Newitt (2022, p.134) não foi dada qualquer prioridade à criação de serviços de formação que proporcionassem à população local a aquisição das competências e técnicas exigidas por uma economia moderna. Quando

a maior parte (provavelmente 90%) da população de origem europeia deixou Moçambique após a independência, à semelhança de muitos africanos e asiáticos qualificados, verificou-se uma severa escassez de competências em todas as áreas. O resultado imediato foi uma crise causada pela partida destes trabalhadores que parou a economia (Newitt, 2022).

Após a independência, Moçambique seguiu um política pró-soviética de planeamento central. A mudança de uma política dominada pelo aparelho do estado, para uma política de mercado livre, em meados da década de 80, seguiu uma tendência internacional (Cruz et al., 2014). De 1977 a 1992 Moçambique vivenciou uma guerra civil. Durante este período o partido do poder (Frelimo) introduziu importantes mudanças no regime. Em 1983 abandonou-se a economia planificada e em 1987 o país aderiu ao Plano de Ajustamento Estrutural do FMI (Newitt, 2022). Em 1989 chegou-se a um consenso para proceder a uma reforma constitucional profunda, tendo em 1990 entrado em vigor uma nova constituição, onde era assumido o multipartidarismo. Neste ano a Renamo deixou de ser um movimento guerrilheiro e transformou-se num partido político. Ainda segundo Newitt (2022, p.150), “a assinatura do Acordo de Paz foi apenas o início de um período de transição, de dois anos, antes da realização de eleições legislativas em outubro de 1994”. Para Newitt (2022, p.175) “o Acordo de Paz e a prosperidade (decorrente do auxílio internacional) que se seguiu à sua assinatura transformaram rapidamente a elite da Frelimo numa classe política patrimonial decidida a manter-se no poder, a qualquer preço”, apesar da defesa teórica dos ideais da democracia liberal.

No entanto, após a guerra civil o PIB moçambicano cresceu durante vinte anos a uma taxa anual de mais de 7% (Newitt, 2022). Ainda durante este período o país recebeu uma média de mais mil milhões de dólares por ano em ajuda externa, valor que aumentou para dois mil milhões de dólares após 2010. A este respeito convém salientar que a ajuda externa representou 50% do orçamento de Estado em 2015. Grande parte desta ajuda não é absorvido pela economia moçambicana, já que grande parte do dinheiro tem como destino a redução da dívida e o pagamento de consultores (Newitt, 2022). Apesar de ser um dos maiores recetores de ajuda externa, Moçambique continua um dos países mais pobres do mundo, facto que leva alguns autores a “questionar-se sobre a existência de uma relação causal entre ajuda e pobreza.” (Newitt, 2022, p.181-182). Para Le Billon e Niño (2013) os constantes fluxos de ajuda externa poderão ter contribuído para um certo laxismo das elites governamentais moçambicanas, impedindo a realização de algumas reformas estruturais

importantes. Contudo, os mesmos autores também referem que existem dados que indicam que a ajuda externa contribui para aumentar a capacidade governativa e reduzir a corrupção.

Apesar dos abundantes recursos naturais, entre os quais se destacam o potencial hidroelétrico, carvão e minerais (ouro, pedras preciosas, titânio e bauxite, entre outros) a economia moçambicana permanece subdesenvolvida. A descoberta de reservas de gás natural na bacia do Rovuma, que poderá dar a Moçambique um papel de algum relevo no contexto económico global e transformar o país num *player* mundial deste recurso, parecem ainda não ter contribuído para aumentar os padrões de vida da população.

Tal como em Angola, após a independência Moçambique tem tido taxas de inflação elevadas. Segundo o site *WorldData.info*, nos últimos 33 anos as taxas de inflação moçambicanas oscilaram entre os 1,5% (1998) e os 63,2% (1994). De 1988 a 2021 o país teve uma taxa de inflação média anual de 19,1%.

Segundo dados do Banco Mundial, apesar de ter sido uma das economias da África subsariana que mais cresceu entre 2000-2015, os efeitos deste crescimento beneficiaram apenas alguns setores da economia e não foi acompanhado pela criação de postos de trabalho, pela redução da pobreza e pelo desenvolvimento humano. Os serviços básicos são fornecidos de forma ineficiente e os mecanismos de proteção social são quase inexistentes, o que faz aumentar as desigualdades e potenciar a instabilidade e a violência (Banco Mundial, 2021). Ainda segundo dados do Banco Mundial o país ocupa um dos últimos lugares (posição 185, de uma lista de 191 países) do Índice de Desenvolvimento Humano (dados de 2021). De acordo com o índice, Moçambique é considerado um país de baixo desenvolvimento humano. Ao nível do ranking *doing business*, Moçambique ocupa a posição 138, de uma lista de 190 países (dados de 2019).

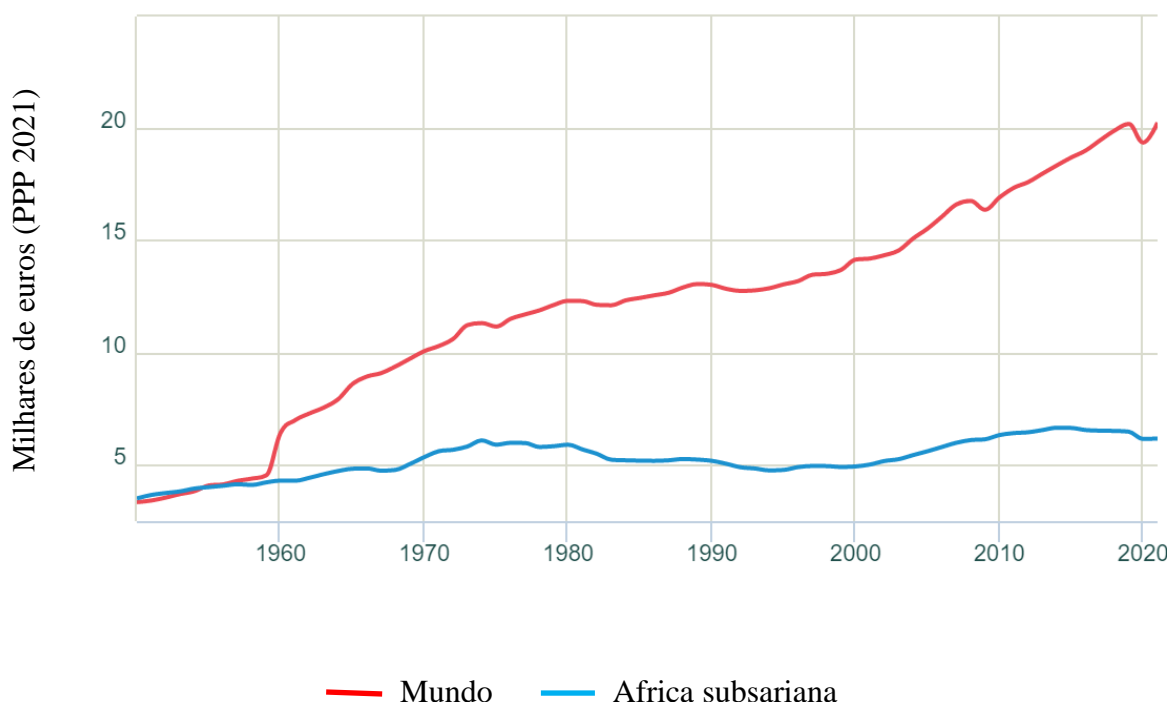
Em 2022 60% da população moçambicana era considerada extremamente pobre (Statista, 2022). A este respeito não nos é possível fazer uma comparação com o período colonial, uma vez que o primeiro estudo sobre a pobreza em Moçambique data de 1989 (Oppenheimer & Raposo, 2002, p.45, citados por da Costa, 2009). Nesse estudo a taxa de pobreza era também de 60%, pelo que não houve qualquer tipo de evolução favorável neste domínio.

3.2. Análise descritiva da evolução do crescimento/desenvolvimento económico e da desigualdade em Angola e Moçambique – 1950-2021

O desenvolvimento económico significa trabalhar a economia de forma a fazer evoluir a sociedade, aumentando progressivamente, e de forma sustentada no tempo, o seu nível de vida e bem-estar. É por isso um processo complexo onde ocorrem melhorias e variações positivas nas questões de carácter social e que podem ser medidas por indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano. O conceito inclui algumas variáveis que podem ser usadas para nos indicar o quanto um país, ou região, é muito ou pouco desenvolvido, tais como o *PIB per capita* e o rendimento nacional *per capita*.

De forma a tentar responder às questões da investigação recorreu-se à análise descritiva tendo por base os dados extraídos da *World Inequality Database*, uma vez que os mesmos permitem analisar a evolução do *PIB per capita* de Angola e Moçambique, não só durante a fase final da sua independência (1950-1975), mas também durante o período de intensa globalização que se lhe seguiu (de 1980 até ao presente). Através da análise do rendimento nacional *per capita* e da distribuição dos rendimentos pela estrutura da sociedade é possível ficar com uma ideia da equidade social nela presente.

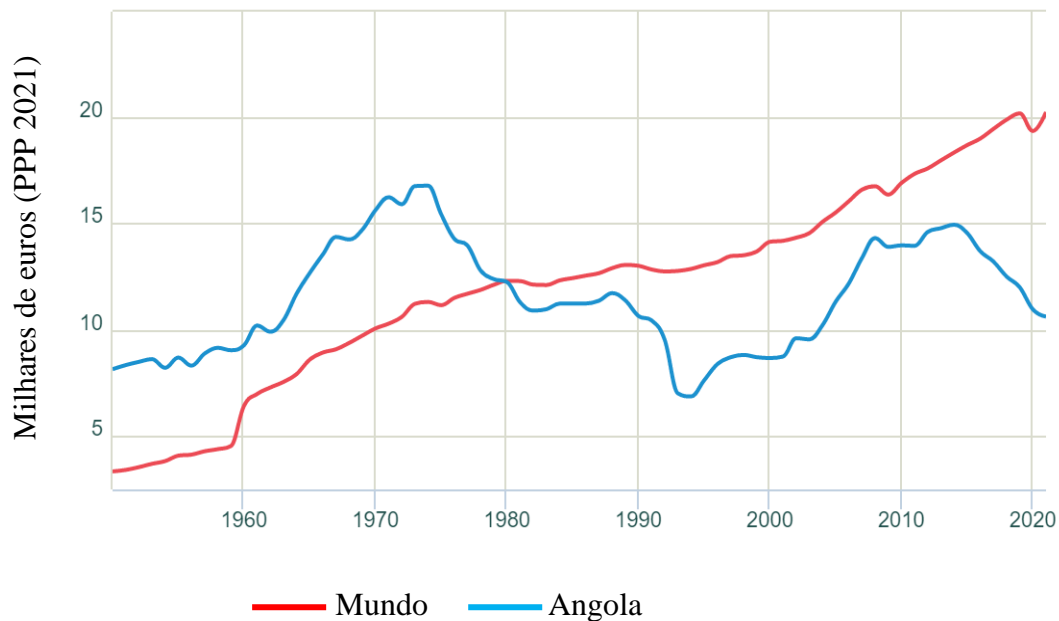
Gráfico 1. Evolução do PIB per capita do Mundo e África subsariana (1950 a 2021)



Fonte: World Inequality Database

Da análise do Gráfico 1 é possível constatar que, no que diz respeito à África subsariana (região da qual faz parte Angola e Moçambique), existe uma divergência no crescimento do PIB *per capita* face à média mundial a partir de finais da década de 50 do século passado. Em 1957 o PIB *per capita* da África subsariana era de 4106 euros e o PIB *per capita* mundial era de 4258 euros. Dez anos mais tarde o PIB *per capita* da África subsariana era de 4713 euros, enquanto que o PIB *per capita* mundial já era quase o dobro desse valor (9074 euros). Esta divergência acentua-se a partir da década de 80, o que poderá estar relacionado com as chamadas “reformas neoliberalistas” ocorridas neste período: um maior controlo orçamental e fiscal por parte dos bancos centrais, a redução ou abolição de tarifas alfandegárias, uma maior abertura ao IDE, a privatização de empresas, etc.

Gráfico 2. Evolução do PIB per capita mundial e angolano (1950 a 2021)



Fonte: World Inequality Database

Ao analisar o Gráfico 2 podemos verificar que, até 1979, Angola apresentou um PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* mundial. A partir de 1975 (ano da independência) o PIB *per capita* do país entra literalmente em queda livre e só volta a apresentar um crescimento sustentado a partir de 1995, pese embora já muito distante dos valores registados noutras regiões do globo. Outro dado relevante tem que ver com o crescimento sustentado que o PIB *per capita* mundial apresenta em toda a série analisada. Em contrapartida, o PIB *per capita* de Angola apresenta grandes oscilações. Tal facto estará, muito provavelmente, relacionado com a pouca diversificação da economia do país, que é muito dependente do setor do petróleo. Isto faz com que a economia do país fique dependente da cotação do “ouro negro” nos mercados internacionais. De salientar, também, que, o PIB *per capita* angolano da fase final do colonialismo era superior aquele que o país registava em 2021.

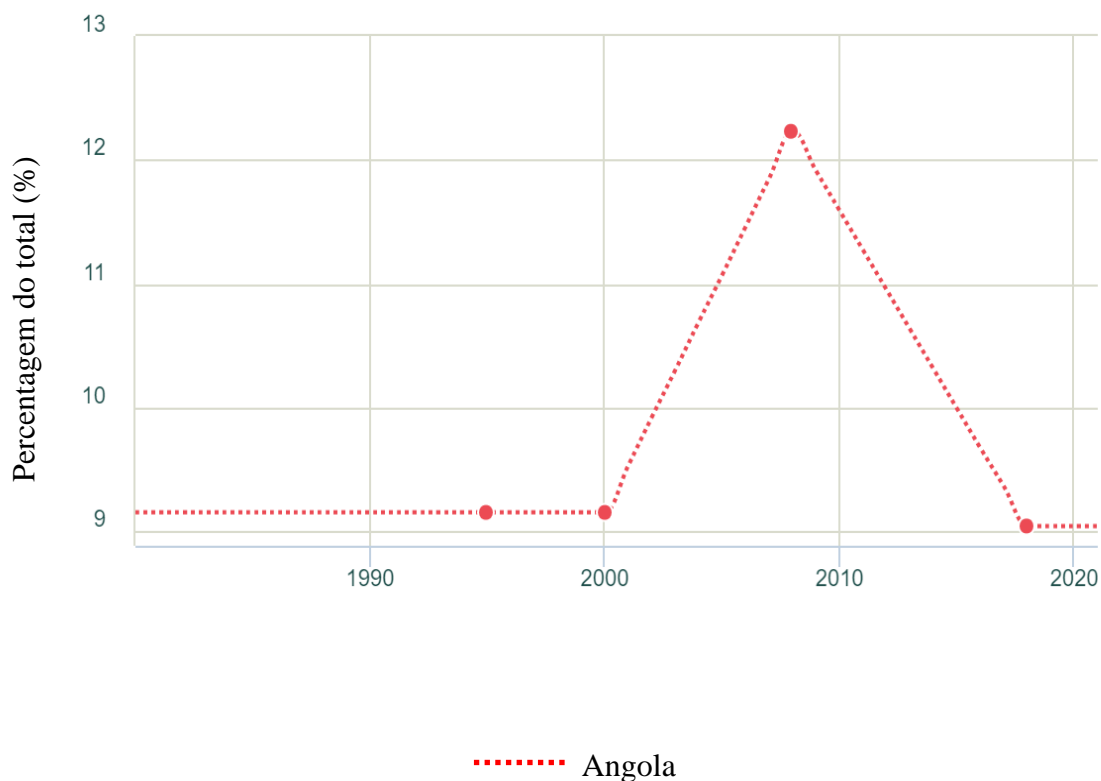
Gráfico 3. Rendimento nacional médio de Angola (1950-2021)



Fonte: World Inequality Database

O rendimento médio em Angola era de 15063€ em 1974 (um ano antes da independência) e em 2021 esse valor era de apenas 8771€. Um valor inferior aquele que Angola registava em 1961 (9201€) e que nos diz que, comparativamente ao período colonial, as condições socioeconómicas da população angolana são, nos dias que correm, tendencialmente piores.

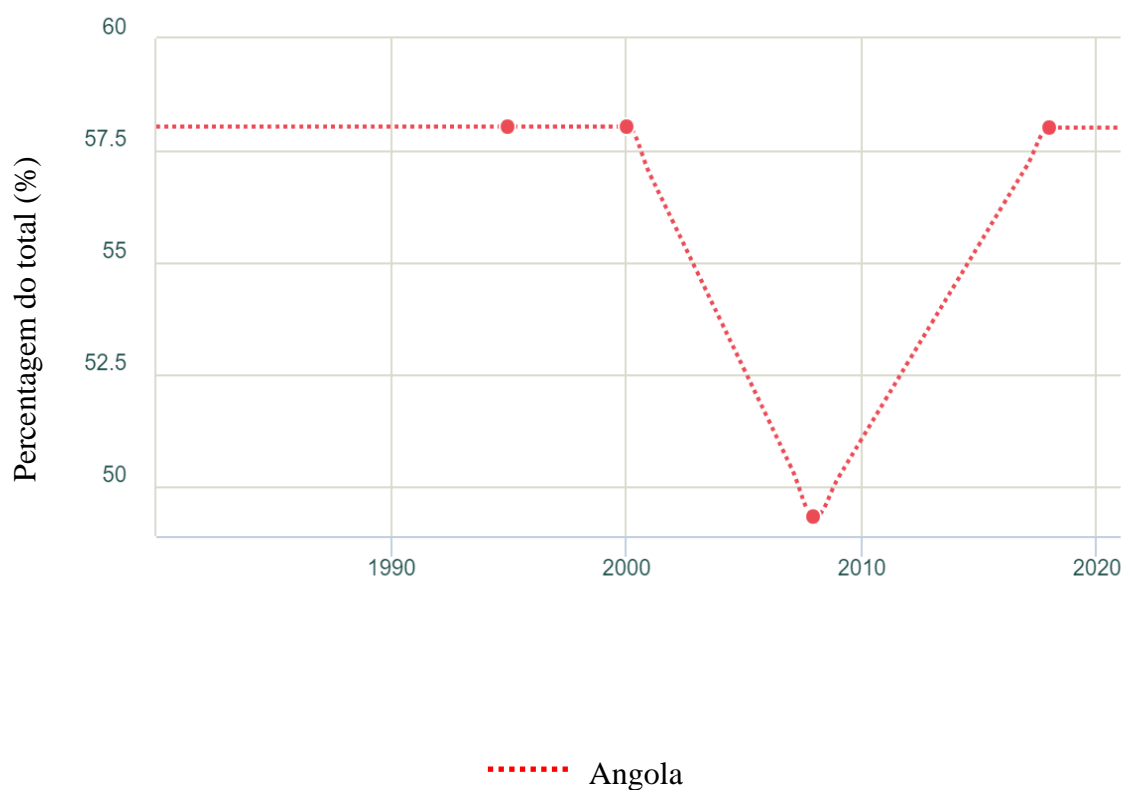
Gráfico 4.- Percentagem do rendimento nacional angolano destinado aos 50% da base, antes de impostos (1980 – 2021)



Fonte: World Inequality Database

Ao analisarmos o Gráfico 4 verifica-se que, atualmente, a percentagem do rendimento nacional que vai para os 50% da base é inferior aquela que era registada em 1980 (passou de 9,2% para 9%). De salientar também que, durante o período de 2000 a 2008, os 50% mais pobres viram o seu rendimento médio aumentar e chegar aos 12% do rendimento nacional. No entanto, após atingir este valor em 2008, o menor dinamismo do comércio internacional provocado pela crise económica de 2007 poderá ter contribuído para fazer recuar os valores do rendimento médio dos 50% da base. Este recuo acentuou-se nos anos a seguir à crise e em 2021 a percentagem era inferior à registada em 1980, como referido anteriormente.

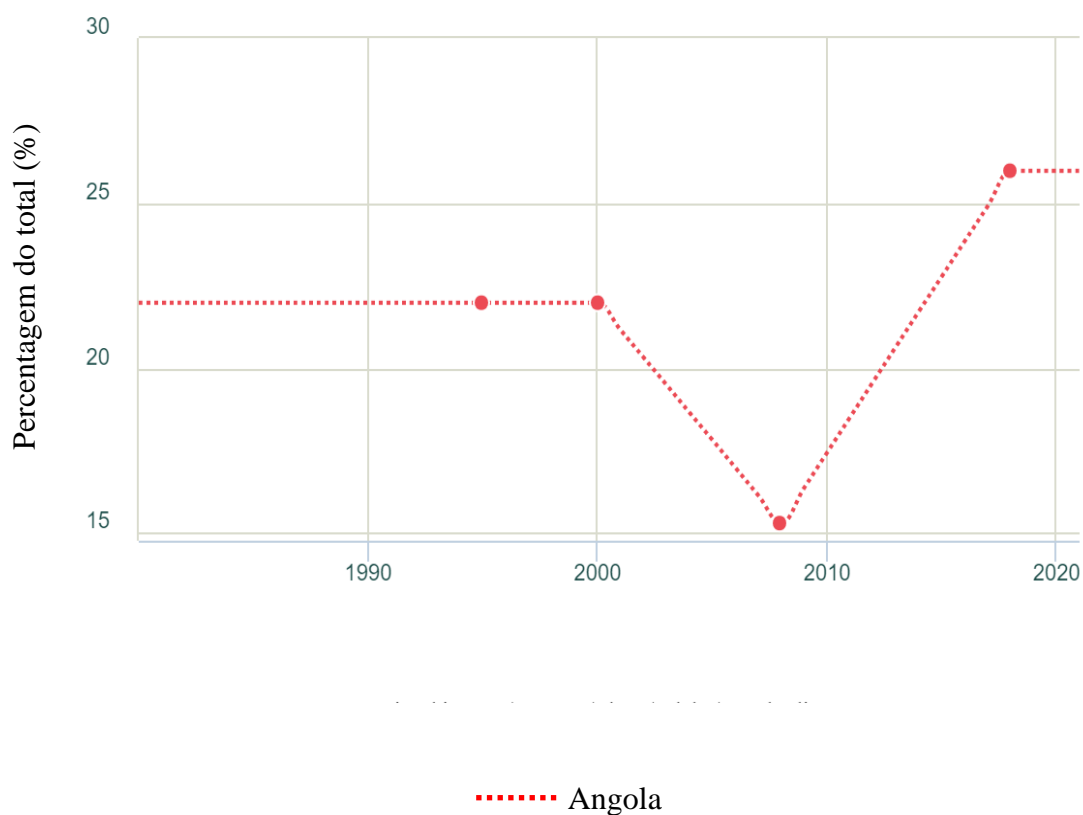
Gráfico 5.- Percentagem do rendimento nacional angolano destinado aos 10% do topo, antes de impostos (1980 – 2021)



Fonte: World Inequality Database

A percentagem do rendimento nacional que vai para os 10% do topo era de 58% em 1980 e em 2021 mantinha esse valor. De 1980 até 2021 apenas em 2008 os 10% “mais ricos” viram a sua percentagem do rendimento nacional descer abaixo dos 50%. Apesar do rendimento médio ter descido abaixo dos 50% para os 10% do topo durante a crise económica mundial, a recuperação deu-se logo em 2009.

Gráfico 6- Percentagem do rendimento nacional angolano destinado aos 1% do topo, antes de impostos (1980-2021).



Fonte: World Inequality Database

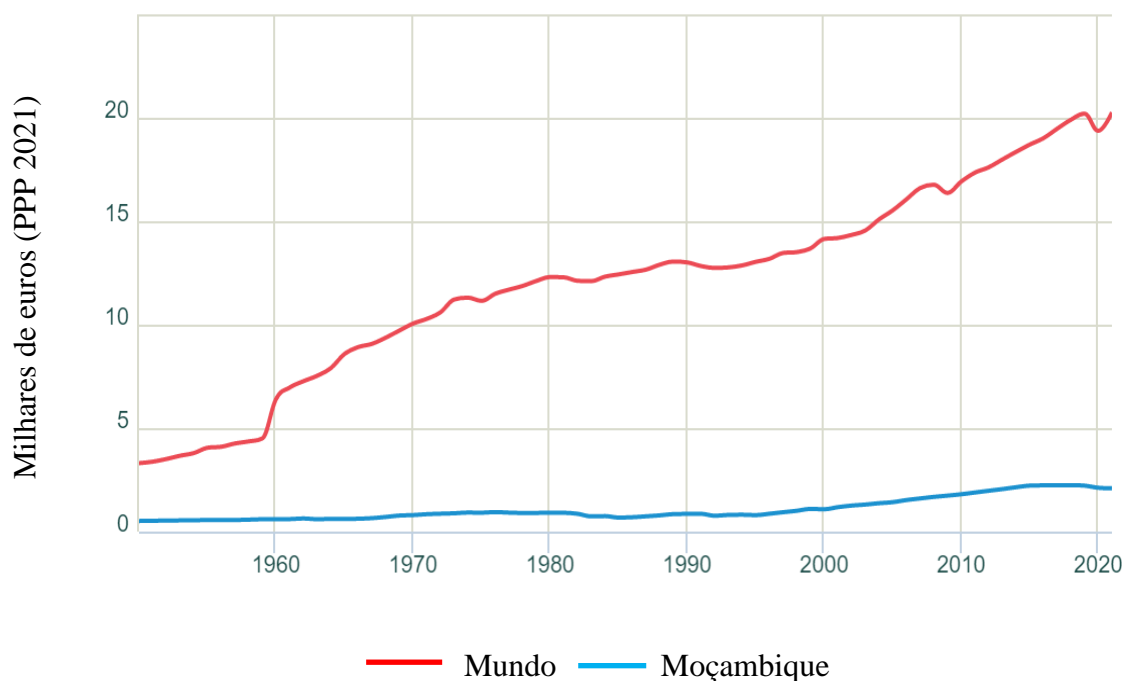
A parte do rendimento nacional que vai para o 1% teve um aumento na série analisada. Passou de 22% em 1980 para 26% em 2021. Após a crise financeira global de 2007, os 1% do topo viram o seu rendimento médio aumentar para um valor superior ao que lhes era destinado antes da crise.

A partir da análise dos gráficos 4, 5 e 6 podemos tecer algumas considerações:

1. Os 50% da base são os que obtêm uma percentagem menor do rendimento nacional (9%).
2. Os 50% da base viram a sua percentagem do rendimento total aumentar durante a crise económica mundial de 2007.

3. Em 2021 o nível de vida para os 50% da base não é melhor do que era em 1980, uma vez que a percentagem do rendimento nacional que lhes era destinada manteve-se praticamente idêntica.
4. Os 10% do topo são os que obtêm uma percentagem maior do rendimento nacional (58%).
5. Ao contrário dos 50% da base, os 10% do topo viram os seus rendimentos diminuírem com a crise económica de 2007.
6. Quem pertencia aos 10% do topo em 1980 não viu a sua riqueza diminuir em 2021.
7. Os 1% do topo possuem 26% do rendimento nacional, no entanto são os únicos que viram a sua riqueza aumentar na série estudada.
8. Os 1% do topo eram “ricos” em 1980 e em 2021 essa riqueza é ainda maior.
9. Em Angola a independência e a globalização económica iniciada na década de 80 do séc. XX parecem estar a favorecer quem mais tem, em detrimento dos que não têm quase nada.

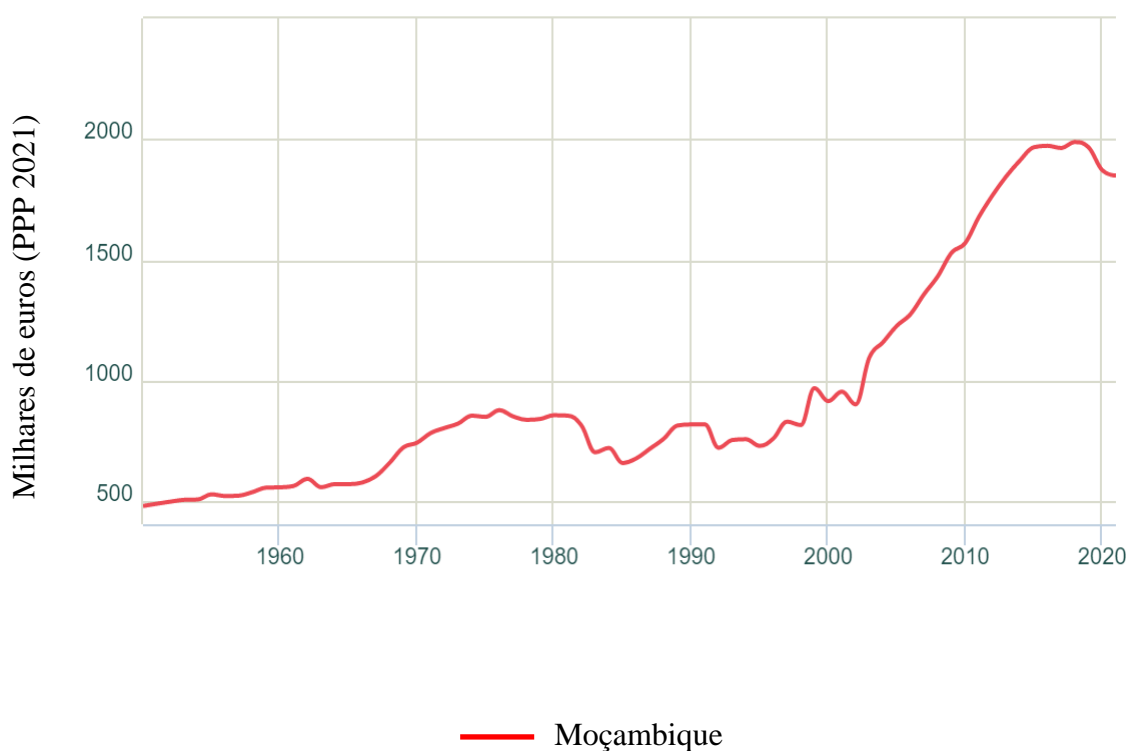
Gráfico 7. Evolução do PIB per capita mundial e moçambicano (1950 a 2021).



fonte: World Inequality Database

Ao analisarmos o Gráfico 7 é possível verificar que o PIB *per capita* de Moçambique teve uma evolução muito menos significativa nos últimos 70 anos (de 513€ em 1950 para 2090€ em 2021), em relação aos valores registados a nível mundial (de 3308€ em 1950, para 20263€ em 2021). A partir do novo milénio é possível verificar uma trajetória ligeiramente ascendente, mas muito distante dos valores do resto do mundo. Apesar de possuir alguns recursos naturais, Moçambique ainda está longe de muitos países africanos neste domínio. A guerra civil (1977-1992) e a pouca eficácia na implementação dos PAE (iniciados em 1987) poderão estar por detrás do fraco desempenho económico. A isto podemos acrescentar a falta de competência dos recursos humanos e a pouca industrialização da economia.

Gráfico 8. Rendimento nacional médio de Moçambique (1950 – 2021).

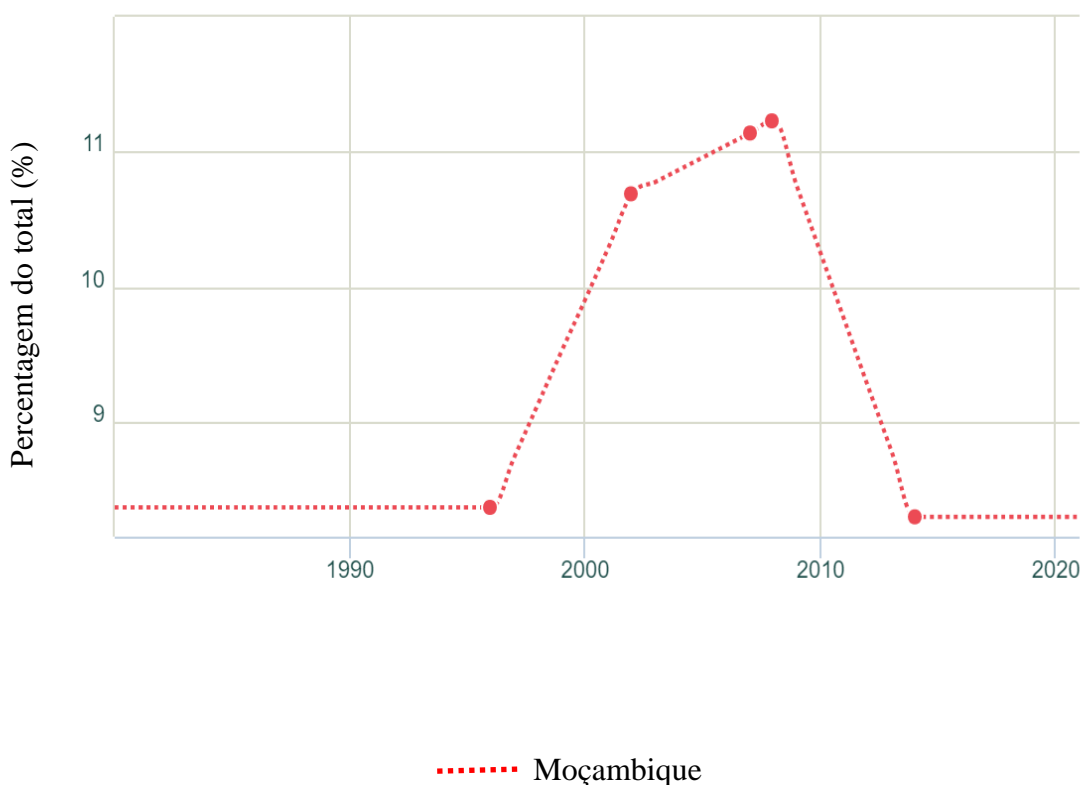


Fonte: World Inequality Database

Analisando o Gráfico 8 é possível verificar que, tal como o PIB *per capita*, a distribuição do rendimento nacional apenas teve algum aumento sustentado a partir da década de 2000 (mais especificamente a partir de 2002). De salientar que o rendimento médio de Moçambique era 481€ em 1950 e em 2021 era de apenas 1849€. Ao contrário de Angola, que possuía em

2021 um rendimento nacional médio inferior ao registado nos últimos anos de domínio colonial, Moçambique conseguiu mais do que triplicar o valor registado no início da série analisada. No entanto, comparando os dois países parece ser evidente que os angolanos são, em média, não só mais produtivos que os moçambicanos, mas também, aparentemente, “menos pobres” do que estes.

Gráfico 9. Percentagem do rendimento nacional moçambicano destinado aos 50% da base (1980 – 2021)

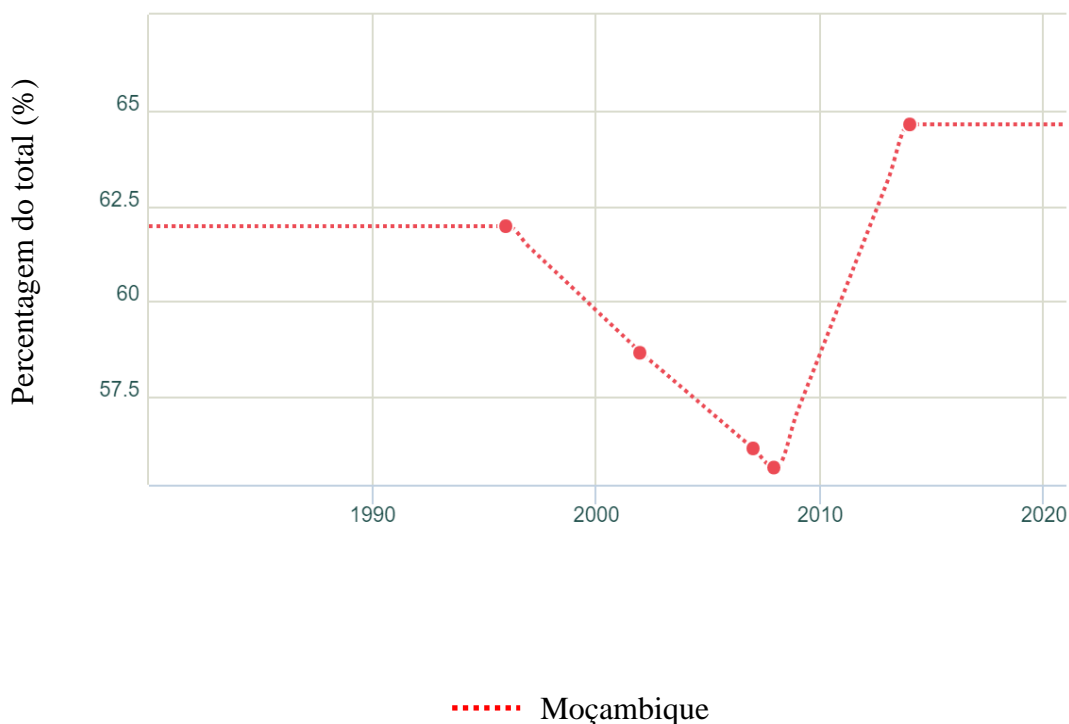


fonte: World Inequality Database

Ao analisarmos o Gráfico 9 é possível constatar que a percentagem do rendimento nacional que vai para os 50% da base apresenta, em 2021, um valor ligeiramente inferior aquele registado em 1980 (8,4% em 1980 e 8,3% em 2021). O fim da guerra civil em 1992 e o subsequente crescimento económico de Moçambique contribuíram para aumentar o rendimento médio dos 50% da base até aos 11,2% em 2008. A crise económica mundial de 2007 poderá ser a razão mais plausível para a queda registada a partir de 2009. Tal como em

Angola, o rendimento médio destinado aos 50% da base em Moçambique também registava em 2021 um valor inferior ao registado em 1980, como já referido.

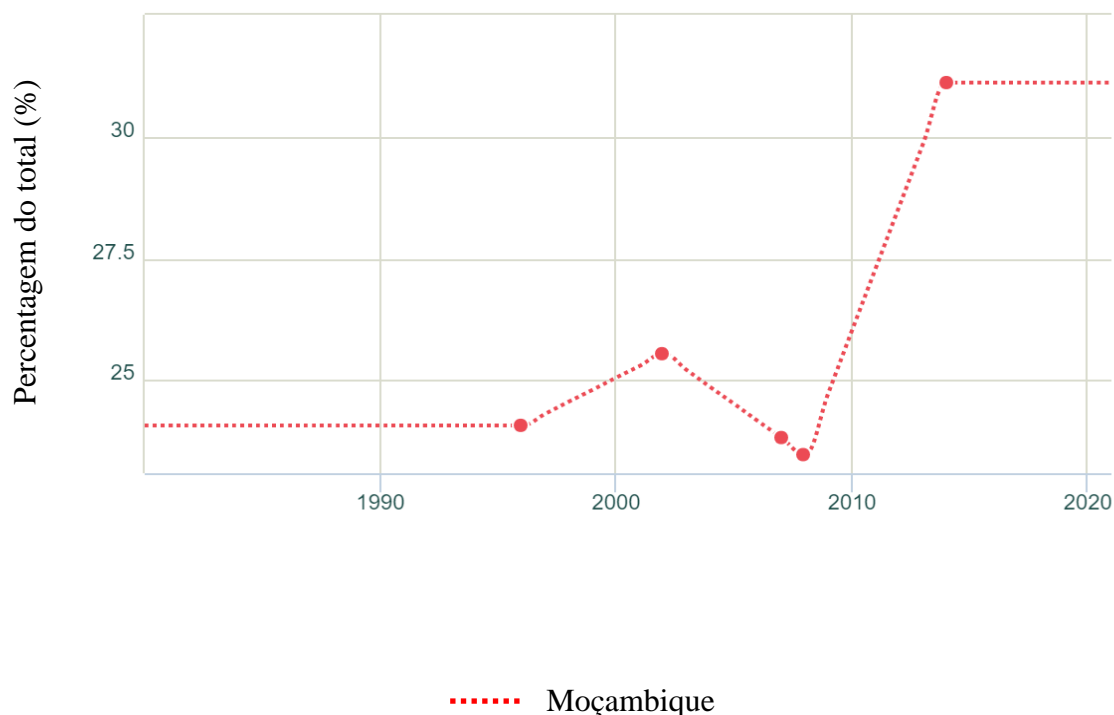
Gráfico 10. % do rendimento nacional moçambicano destinado aos 10% do topo (1980-2021).



Fonte: *World Inequality Database*

A percentagem destinada aos 10% do topo aumentou na série estudada. Passou de 62,6% em 1980 para 64,6% em 2021. Ao contrário dos 50% da base, que viram o seu rendimento médio aumentar de 2000 a 2008, a percentagem do rendimento nacional que vai para os 10% mais ricos recuou no mesmo período. No entanto, após a recuperação iniciada em 2009, estes viram o seu rendimento médio aumentar para um valor superior ao registado no início deste século.

Gráfico 11. Percentagem do rendimento nacional moçambicano destinado aos 1% do topo (1980-2021)



Fonte: World Inequality Database

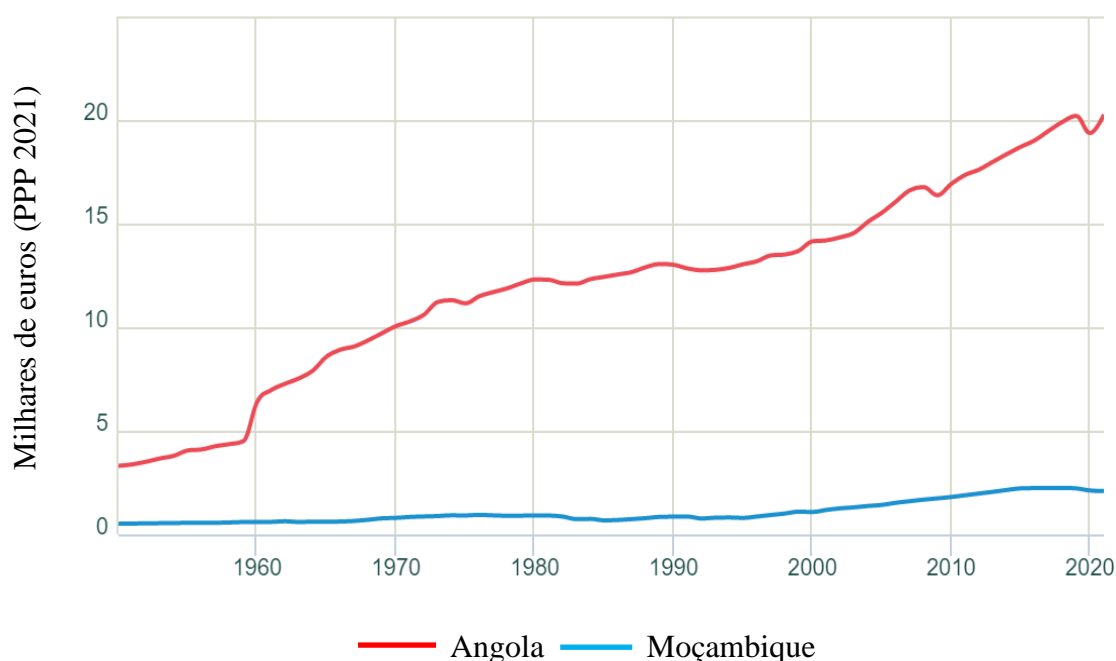
A percentagem do rendimento nacional que vai para os 1% do topo registou uma subida de 7%. Passou de 24,1% em 1980 para 31,1% em 2021. Tal como ao registado em Angola, os 1% do topo viram o seu rendimento médio aumentar para um valor superior ao que lhes era destinado antes da crise financeira de 2007.

Deste modo ao analisar os gráficos 9, 10 e 11 podemos concluir:

1. Tal como em Angola, a expansão económica tende a aumentar o rendimento médio destinado aos 50% da base.
2. Após a crise financeira mundial de 2007 os 50% da base não conseguiram recuperar os seus rendimentos, ao contrário dos 10% da base e 1% do topo.
3. Tal como em Angola os 50% da base são os que obtêm uma percentagem menor do rendimento nacional (8,3%).
4. Em 2021, o nível de vida dos 50% da base poderá ser inferior ao que estes gozavam em 1980, uma vez que o seu rendimento médio passou de 8,4% para 8,3%.

5. Os 10% do topo são os que obtêm uma percentagem maior do rendimento nacional (64,6%).
6. Os 10% e 1% do topo viram o seu rendimento médio aumentar após a crise financeira de 2007
7. A percentagem do rendimento nacional destinada aos 1% do topo foi a que mais subiu na série analisada (7%).
8. Tal como no caso angolano é possível verificar que, em Moçambique a globalização tem favorecido principalmente os 10% e 1% do topo. Conseguiram recuperar os seus rendimentos após a crise financeira global de 2007, ao contrário dos 50% da base.

Gráfico 12. Evolução do PIB per capita de Angola e Moçambique (1950 a 2021).



Fonte: World Inequality Database

O desenvolvimento económico em Moçambique foi sempre inferior ao de Angola, uma vez que o país não possui a abundância e variedade de recursos minerais deste último. O petróleo, as áreas férteis e as fronteiras mais extensas do território angolano são fatores que facilitam, não só o comércio, mas também a disseminação de ideias e as migrações. Também existem dados que nos dizem que, ao contrário da extração mineira, da qual os estados africanos

recebem uma pequena parte dos lucros, a extração petrolífera permite aos países arrecadar 65 e 85% da receita e essa também poderá ser uma das razões para o melhor desempenho da economia angolana na série analisada, quando comparada com a moçambicana.

Deste modo, Moçambique apesar de ser um país com alguns recursos naturais fica muito aquém do potencial angolano nesse domínio e nem a descoberta de reservas de gás natural em 2010 parece estar a fazer convergir os valores de PIB *per capita* moçambicano, para os de Angola.

3.3 Discussão dos Resultados

Após uma análise à literatura teórica e posterior análise empírica é possível tecer algumas conclusões relativamente às questões colocadas no início do trabalho.

Questão 1: qual o impacto das relações entre países colonizador e colonizado no desenvolvimento económico dos países estudados?

- O facto de as duas colónias terem sido durante muito tempo, apenas fornecedoras tanto de produtos agrícolas, como de matérias-primas, a Portugal, pode ter contribuído para o seu fraco desenvolvimento económico, pois isso atrasou a sua industrialização (Acemoglu e Robinson, 2013; Bayeh, 2015).
- As relações unilaterais entre metrópole e colónia, que ocorreram no período colonial, podem ter sido prejudiciais à criação de uma mão de obra qualificada autónoma, capaz de promover um desenvolvimento sustentado ao longo do tempo (Longley, 2021; Alemazung, 2010).

Questão 2: Que impacto têm as medidas de mercado livre no desenvolvimento económico dos países estudados?

- A liberalização comercial parece não ser benéfica para as indústrias transformadoras de Angola e Moçambique, uma vez que estas não possuem os meios tecnológicos e financeiros das empresas internacionais (Chang, 2010; Langan, 2018).
- O facto de serem países ricos em recursos naturais também contribui para a sua desindustrialização. Como grande parte das matérias-primas são transacionadas em dólares nos mercados internacionais, a “inundação” do dólar nos dois países faz

apreciar as moedas locais, com consequências nefastas para o setor exportador, que perde competitividade. A população também vê os seus parques rendimentos serem destruídos devido às elevadas taxas de inflação. Isto faz com que a população importe do exterior aquilo que poderia ser produzido internamente, uma vez que é mais barato (Banerjee e Linstead, 2001; Nwoye e Bassey, 2019).

Questão 3: Em que medida a forma como se processou o domínio colonial teve consequências no trajeto político dos países estudados, após a sua independência?

- Após a independência, o autoritarismo e repressão do período colonial parecem ter sido absorvidos e replicados pelos governantes das novas nações, com graves consequências para o bem-estar das suas populações (Alemazung, 2010; Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001; Welz, 2001).
- A quase ausência de direitos, por parte dos trabalhadores, durante a época colonial, desempenhou um papel importante para o seguimento de uma política socialista, no pós-independência. (Bayeh, 2015).
- Após a independência, a luta pelo poder entre grupos com diferentes ideologias semeou o caos e a destruição nos dois países, com consequências evidentes para o desenvolvimento económico. (Alemazung, 2010; Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001; Friedman 2000).

Questão 4: Em que medida as políticas económicas dos países estudados, afetam o crescimento económico, o Índice de Desenvolvimento Humano e aumento/redução da pobreza?

- No pós-independência, as distorções económicas abruptas introduzidas pela aplicação de uma gestão planificada não suficientemente alicerçada nas realidades dos países, consubstanciaram-se num entrave ao desenvolvimento económico (Austin, 2010; Welz, 2001).
- A abertura comercial iniciada nos anos 80 tem sido desfavorável à produção nacional e tem mantido, sistematicamente, os dois países como fornecedores de produtos de baixo valor acrescentado (Friedman, 2000; Hirst e Thompson, 1998; Artus e Virad, 2010).

- O facto de serem economias baseadas na extração de recursos, setores onde é necessária pouca mão de obra qualificada, prejudica o seu desenvolvimento económico. Por um lado, há um aumento do desemprego, por outro, os outros setores económicos vão perdendo relevância (Acemoglu e Robinson, 2013; Hirst e Thompson, 1998).
- A longo prazo os dois países foram ficando para trás em relação à qualidade de vida e bem-estar que proporcionam à sua população. Em relação ao IDH Angola ocupava em 2021 o lugar 148, de uma lista de 191 países. Moçambique ocupava, no mesmo ano, a posição 185 (World Bank, 2022)
- Atualmente um terço da população angolana vive na pobreza, enquanto que 60% da população moçambicana é considerada extremamente pobre (World Bank, 2022).

Questão 5: A nível macroeconómico os países estudados estão melhor hoje do que no período colonial?

- Angola apresentou um PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* mundial durante a época colonial. Atualmente os valores de Angola estão muito distantes dos valores mundiais. O PIB *per capita* dos últimos anos do período colonial é superior ao que se regista atualmente (World Inequality Database, 2022)
- O rendimento médio angolano seguiu as mesmas tendências do PIB *per capita*. Contudo, após a análise descritiva gráfica constatou-se que a percentagem do rendimento nacional destinada aos 50% da base era superior em 1980, quando comparada com os valores atuais. Os 10% do topo mantiveram o seu rendimento médio na série estudada. Por outro lado, a percentagem do rendimento nacional que vai para os 1% do topo aumentou na série estudada. No caso de Angola parece que a globalização não está a fazer convergir os rendimentos mais baixos para os mais altos, antes pelo contrário (World Inequality Database, 2022)
- O país apresenta taxas de inflação elevadíssimas após a descolonização, devido ao facto de ser uma economia pouco diversificada e dependente do setor petrolífero (WorldData.info, 2023).
- Nos 10 anos a seguir à independência, o PIB angolano cresceu apenas 1% ao ano. Atualmente o país é a nona maior economia de África, mas isso não se tem traduzido em maior desenvolvimento e menor desigualdade (da Rocha et al, 2016; Statista, 2022).

- O PIB *per capita* moçambicano foi sempre bastante inferior ao PIB *per capita* mundial na série analisada (Ogun, 2017; Sundaram e von Armin, 2008; Goldsmith, 1997).
- Houve pouca oscilação entre os valores registados na época colonial e aqueles que se registam atualmente. No entanto, de 2000 para cá o PIB *per capita* aumentou de ano para ano, até 2018. Contudo, o nível de crescimento que se registou anualmente foi muito fraco (Hirst e Thompson, 1998; Banerjee e Linstead, 2001; Goldsmith, 1997; Ogun, 2017; Chang, 2010; Langan 2018; World Inequality Database, 2022).
- Aquando da independência a dívida pública não era elevada e a balança de pagamento apresentava muitas vezes saldo positivo (Newitt, 2022)
- Após a guerra civil o PIB moçambicano cresceu, durante 20 anos, a uma taxa anual de mais de 7%. Foi das economias africanas que mais cresceram entre 2000-2015, mas isso não se traduziu em melhores condições de vida para a sua população (Newitt, 2022; World Bank, 2022).
- Em relação ao rendimento médio, a percentagem destinada aos 50% da base é, atualmente, inferior àquela que se registava em 1980. A percentagem do rendimento nacional destinada aos 10% do topo aumentou de 1980 para cá. A percentagem do rendimento nacional destinada aos 1% do topo foi a que mais aumentou na série estudada (World Inequality Database)
- Tal como o verificado, em Angola e Moçambique a globalização parece não estar a trazer equidade à distribuição de rendimento pela população (Friedman, 2000; Artus e Virard, 2010; Nwoye e Bassey, 2019; Sundaram e von Arnim, 2008; World Inequality Database, 2022).

As diferentes ligações entre as realidades da colonização e da globalização e os seus efeitos sobre o crescimento/desenvolvimento e as desigualdades nos países colonizados têm sido crescentemente estudadas ao longo do tempo. Apesar de serem conceitos complexos e que devem ser estudados numa perspetiva diacrónica, os vários autores que estudaram o fenómeno da colonização parecem, quase todos, associar um contributo negativo para o desenvolvimento dos países africanos no pós-independência; já sobre os efeitos da globalização sobre o desenvolvimento dos países africanos as conclusões são díspares.

Hoje parece haver alguma unanimidade nos efeitos estruturais de cariz perverso que o processo colonial teve em países como Angola e Moçambique. De realçar, no entanto, que alguns indicadores de desenvolvimento económico dos países africanos sugerem que estes estão pior hoje do que nas últimas décadas do período colonial.

O presente estudo descreve os conceitos de colonização e globalização, a sua relação e possível impacto no desenvolvimento económico dos países que fazem parte do estudo. Recorrendo a indicadores económicos usados para medir o desenvolvimento económico, como o *PIB per capita* e o rendimento *per capita* do período colonial e pós-colonial, a investigação procurou saber se o desenvolvimento económico de Angola e Moçambique era superior enquanto colónias ou como nações independentes.

Após uma análise empírica foi possível retirar algumas conclusões. O desenvolvimento económico de Angola e Moçambique poderá ter sido prejudicado pelo facto de estas economias terem sido, durante muito tempo, apenas fornecedoras de matérias-primas. As relações unilaterais do período colonial poderão ter sido prejudiciais à criação de uma mão de obra qualificada autónoma, capaz de promover um desenvolvimento sustentado ao longo do tempo.

A liberalização comercial parece não ser benéfica para os dois países, uma vez que as suas empresas não possuem as competências tecnológicas e financeiras das empresas estrangeiras. Outro fator que poderá estar a prejudicar o seu fraco desenvolvimento económico tem que ver com a composição da sua economia, baseada nos recursos. Este facto faz com que o setor exportador perca competitividade, pois a elevada inflação provocada pela entrada de dólares nos países aprecia as moedas locais e favorece a importação, o que é prejudicial à sedimentação das indústrias nacionais.

As relações autoritárias e repressivas do período colonial parecem ter sido, de alguma forma, absorvidas e replicadas pelos governantes, após a independência. A luta pela independência,

na fase final do período colonial, transformou-se numa luta pelo poder, entre grupos com diferentes ideologias e enquadradas pelas grandes potências mundiais.

A adoção de uma política de gestão planificada, não suficientemente sustentada por lógicas de desenvolvimento autónomas, constituiu um entrave ao desenvolvimento económico, no pós-independência. No mesmo sentido, a abertura comercial e a desregulamentação financeira da década de 80 tem sido desfavorável ao desenvolvimento económico dos dois países, facto que é comprovado pela evolução em níveis muito baixos do IDH e do posicionamento no ranking *doing business*.

Por último, e segundo os indicadores macroeconómicos estudados, os países estudados parecem não ter conseguido melhorias económicas importantes face à situação existente no período colonial.

As principais limitações deste estudo prendem-se com a ausência de dados económicos 100% fidedignos sobre a época colonial e a ausência de outros dados relevantes para a investigação desse período, como o IDH ou o ranking *Doing Business*. Outra das limitações está relacionado com a inexistência de dados sobre a percentagem dos rendimentos que era destinada aos 50% da base, dos 10% do topo e dos 1% do topo durante o período colonial. A escolha da base de dados *World Inequality Database* para fazer a análise dos dois conceitos e realidades estudados, e da sua relação com o desenvolvimento económico em Angola e Moçambique, advém do facto da mesma possuir os valores do *PIB per capita* e do rendimento nacional médio, tanto do período colonial, como do período do pós-independência e subsequente globalização. Estes dois indicadores são importantes se quisermos aferir o grau de progresso e desenvolvimento económico de um país e da sua população.

Dada a escassez de indicadores económicos e sociais (o IDH apenas foi criado em 1990 e o ranking *doing business* em 2002) relativos ao período colonial, a investigação poderá servir como ponto de partida para uma análise de teor quantitativo dos efeitos da colonização e da globalização sobre o desenvolvimento económico. Igualmente, poderá servir de base para o estudo de outras realidades e outras experiências de países outrora colonizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, A. J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation." *American Economic Review*, 91 (5), 1369-1401.
- Akram, M., Faheem, A. M., Dost, B. K. M., & Abdullah, I. (2011). Globalization and its Impacts on the World Economic Development. *International Journal of Business and Social Science*, 2 (23), 291-297.
- Alemazung, A. J. (2010). Post-Colonial Colonialism: An Analysis of International Factors and Actors Marring African Socio-Economic and Political Development. *The Journal of Pan African Studies*, 3 (10), 62-84.
- Alemazung, J. A. (2010). Post-Colonial Colonialism: An Analysis of International Factors and Marring African Socio-Economic and Political Development. *The Journal of Pan African Studies*, 3 (10), p.62-84.
- Alhaji I. A., (2013). The Impact of Globalization on Africa. *International Journal of Humanities and Social Science*, 3 (15), 85-93.
- Amaral, L. (2019). A busca da democracia (1960-2000). In A. Costa Pinto e N. Gonçalo Monteiro (Eds.), *História Económica Contemporânea – Portugal 1808-2000* (233 – 269). Lisboa: Editora Objectiva.
- Artus, P., & Virard, M-P. (2010). *Globalização. O pior está para vir*. Lisboa: Livre.
- Austin, G. (2010). African Economic Development and Colonial Legacies. *International Development Policy – Revue internationale de politique de development*, 1, p.11-32.
- Banerjee, S. B., & Linstead, S. (2001). Globalization, Multiculturalism and Other Fictions: Colonialism for the New Millennium? *Organization*, 8 (4), 683–722.
- Barreto, A. (2020). Democratização e Mudança Social (1960-2000). In A. Costa Pinto e N. Gonçalo Monteiro (Eds.), *História Social Contemporânea – Portugal 1808-2000* (217 – 257). Lisboa: Editora Objectiva.

- Bayeh, E. (2015). The Political and Economic Legacy of Colonialism in the Post-Independence African States. *International Journal in Commerce, IT & Social Sciences*, 2 (2), 89-93.
- Bracarense, N. (2012). Development Theory and the Cold War: The Influence of Politics on Latin American Structuralism. *Review of Political Economy*. 24 (3), p.375-398.
- Bresser-Pereira, L.C(2008). *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Bresser-Pereira, L.C(2014). Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Económico. *Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, (368).
- Bryant, R. (2013). Branding Natural Resources: Science, Violence and Marketing in the Making of Tweek. *Transactions of the Institute of British Geographers*. 38 (4), p.517-530.
- Burgis, T. (2015). *A Pilhagem de África – Senhores da Guerra, Oligarcas, Multinacionais, Contrabandistas e o Roubo da Riqueza Africana*. Amadora: Vogais.
- Cardoso, M. (2007). *Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe - Educação e infra-estruturas como fatores de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- Chang, H. J. (2010). *23 coisas que nunca lhe contam sobre economia*. Lisboa: Clube do Autor, S.A.
- Chang, H.J. (2013). *As Nações Hipócritas – Os segredos incómodos dos países ricos e os mitos que ameaçam a prosperidade global*. Lisboa: Clube do Autor, S.A.
- Chima, E., Bello, M. B., Okoroafor, F. O., & Obilor, O. I. (2019). Conflict Management in Inter-Governmental Relations in Nigeria: Issues and Prospects. *GNOSI: An Interdisciplinary Journal of Human Theory and Praxis*. 1 (1).
- Coggan, P. (2020). *A Grande História da Economia – A história da riqueza e do desenvolvimento da humanidade. A ascensão da nossa sociedade, da Idade do Ferro até à atualidade*. Lisboa: Clube do Autor, S. A.

Cruz, S. A., Guambe, D., Marrengula, P. C., & Ubisse, F. A., (2014). Mozambique's Industrialization. *Brookings Learning to Compete Working Papers* (10), 1-44.

da Costa, B. A. (2009). *Poverty and Peace in the Portuguese Speaking African Countries*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais.

da Rocha, A., Paulo, F., Bonfim, L., & Santos, R. (2016) *Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana*. Luanda: Universidade Católica de Angola.

da Rocha. A. J. M. (2017). *A Economia Angolana em 2015, 2016 e 2017 – Textos de Reflexão*. Luanda: Texto Editores, Lda.

Ferreira, E., de Sousa. (1975). *Portugal e o Neocolonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Friedman, T. L. (2000). *Compreender a Globalização – O Lexus e a Oliveira*. Lisboa: Quetzal Editores.

Fundação Calouste Gulbenkian. (2001) *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.

Gardner, L., & Tirthankar, R. (2020). *The Economic History of Colonialism*. Bristol: Bristol University Press.

Ghuri, P., Gronhaug, K. & Kristianslund, I. (1995). *Research methods in business studies: a practical guide*. Hertfordshire, Prentice Hall International, 87-95.

Goldsmith, E. (1997). Development as Colonialism. *The Ecologist*. 27 (2), p.60-79.

Hirst, P., & Thompson, G. (1999). *Globalization in Question*. Cambridge: Polity Press.

Langan, M. (2018). *Neo-Colonialism and the Poverty of “Development” in Africa*. Cham: Palgrave Macmillan.

Larry, N., & Rondo, C. (2019). *História Económica do Mundo – Do Paleolítico ao Presente*. Forte da Casa: Escolar Editora.

Lodigiani, I. (2020). From Colonialism to Globalisation: How History has Shaped Unequal Power Relations Between Post-Colonial Countries. *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*, 2020 (2), 2-21.

Longley, R. (2021, December 6). What Is Colonialism? Definition and Examples. Retrieved from <https://www.thoughtco.com/colonialism-definition-and-examples-5112779>

Macamo, E. (2003). Da Disciplinarização de Moçambique: Ajustamento Estrutural e as Estratégias Neo-Liberais de Risco. *Africana Studia – Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (6), p. 231-255.

Marks, B. M. (2018). *Mundo Global – A História da Época Moderna – Do domínio português no Índico à conquista do Novo Mundo. Da Revolução Industrial ao capitalismo*. Lisboa: Clube do Autor, S. A.

Martins, G. M. (2017). *O Colonialismo Europeu No Continente Africano*. Lisboa: Chiado Editora.

Mikander, P. (2016). Globalization as Continuing Colonialism: Critical Global Citizenship Education in an Unequal World. *Journal of Social Science Education*, 15 (2), 70-79.

Mosca, J., Abbas, M., & Bruna, N. (2013). *Economia de Moçambique 2001-2010. Um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Maputo: Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda.

Newitt, M. (2022). *Breve História de Moçambique*. Lisboa: Dinalivro – Distribuidora Nacional de Livros, Lda.

Niño, P. H. & Le Billon, P. (2013). Foreign aid, resource rents and institution-building in Mozambique and Angola. *UNU – WIDER - World Institute for Development Economic Research*, (102), 1-31.

Ogar, J. N., Nwoye, L., & Basse, S. A. (2019). Archetype of globalization: illusory comfort of neo-colonialism in Africa. *International Journal of Humanities and Innovation*, 2 (3), 90-95.

Ogun, O. (2017). Globalization and Africa: Review of Extent and Impacts. *International Journal of Humanities and Social Science*, 7 (7), 109-122.

Oliveira, A. P. (2017). *Decolonization in Portuguese Africa*, Oxford Research Encyclopedia – African History. Oxford University Press USA.

Oliveira, G. (2021). Análise Comparativa Entre Estudos de Caso e Análise de Conteúdo. *Revista Relações Exteriores*.

Pacheco, L., Costa, P., & Tavares, F.O. (2018). História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. *População e Sociedade – CEPESE*, 29, 82-98.

Piketty, T. (2020). *Capital e Ideologia*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Piketty, T. (2022). *Uma Breve História Da Igualdade*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Rabaçal, P., (2017) *Portugueses em África – Uma breve história*. Barcarena: Marcador Editora.

Reynaert, F. (2017). *A Grande História do Mundo – Uma viagem única pela história dos cinco continentes*. Lisboa: Clube do Autor, S.A.

Sousa, J. M., & Baptista, S. C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Statista (2022). Dados Estatísticos de Angola e Moçambique. Retrieved from <https://www.statista.com/> on 8 October 2022.

Sundaram, J, K., & von Arnim. R. (2008). Economic Liberalization and Constraints to Development in Sub-Saharan Africa. *Economic & Social Affairs – DESA Working Paper*, 40.

Welz, M. (2021). *Africa Since Decolonization – The History and Politics of a Diverse Continent*. Cambridge: Cambridge University Press.

World Bank (2022). Dados Estatísticos de Angola e Moçambique. Retrieved from <https://www.worldbank.org/en/home> on 10 October 2022.

World Inequality Database (2022). Dados Estatísticos de Angola e Moçambique. Retrieved from <https://wid.world/> on 10 October 2022.

WorldData.info (2023). Dados relativos às taxa de inflação de Angola e Moçambique. Retrieved from <https://www.worlddata.info/> on 7 May 2023

Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods*, Fourth Edition, London, Sage Publication.